MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO

Plano Municipal de Educação

Lei Municipal nº 2.661, de 22 de junho de 2015
Lei Nacional nº 14.934, de 25 de julho de 2024
Lei Municipal nº 3503, de 22 de agosto de 2025

Período de Novembro/2024 a Novembro/2025

Coronel Vivida – PR

Praça Angelo Mezzomo, s/nº- 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná
Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: gabinete@coronelvivida.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
UMA CIDADE PARA TODOS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6
2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIAS DO MONITORAMENTO: 7
3. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO 8
3.1. META 1 - Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME. 8
3.1.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 9
3.2. META 2 - Universalizar o ensino fundamental de nove anos, para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME. 17
3.2.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 17
3.3. META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 anos (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) 33
3.3.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 34
3.4. META 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. 40
3.4.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 42
3.5. META 5 - Alfabetizar, com aprendizagem adequada, todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. 59
3.6. META 6- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica. 65
3.6.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 66
3.7. META 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB; 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio. .....
3.7.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 73

3.8. META 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros. 78
3.8.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 80
3.9. META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. 82
3.10. META 10. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional. 86
3.11. META 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público..... 88
3.11.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 89
3.12. META 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. 91
3.13. META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores..... 94
3.14. META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores 95
3.15. META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Município, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam..... 96
3.15.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 97
3.16. META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até, o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino. 103
3.16.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 104

3.17. META 17- Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente 111
3.18. META 18- Valorização dos profissionais do magistério, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos(as) os(as) professores(as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. 115
3.19. META 19 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União. 120
3.19.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO 121
3.20. META 20 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União. 135
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 149

TIPO DE RELATÓRIO: (X) de Monitoramento (X) de Avaliação

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO:

COMISSÃO COORDENADORA: Portaria Nº 045 de 12 de novembro de 2024.

Grasieli Cerbatto – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Marcelo Piasa Malagi – Representante do Poder Executivo;
Janete Aparecida Iaguczeski- Representante dos Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação;
Celoi Galvan – Representante dos Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Públicas Municipais;
Alcione Antonia Nascimento de Lima – Representante dos servidores técnicos-administrativo das escolas públicas Municipais;
Jossania Paula da Rosa– Representante de Instituição de Educação Especial;
Jocemara Conte – Representante da Rede Estadual de Ensino;
Marcos Alexandre Soares Barbosa - Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
Elenice Rodrigues do Prado - Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
Vanessa Schuastz - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

EQUIPE TÉCNICA DO PME: Portaria nº 046, de 18 de novembro de 2024.

Aline Gracieli da Silva Fronza
Grasieli Cerbatto
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Vanessa Schuastz

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) de Coronel Vivida constitui um instrumento estratégico que orienta políticas públicas, programas e ações educacionais planejadas para o município, com o objetivo de promover qualidade e equidade na educação. Elaborado entre novembro de 2014 e junho de 2015, o processo contou com o acompanhamento do MEC, UNDIME e SEED, assegurando ampla participação dos diversos segmentos da educação, da sociedade civil e das instituições educacionais locais.

A comissão responsável conduziu uma análise criteriosa da realidade educacional do município, fundamentada em debates e documentos baseados nos principais indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos. As conclusões dessa análise permitiram uma visão global e sistêmica da educação municipal, possibilitando a definição de metas e estratégias alinhadas às prioridades locais.

A versão preliminar do PME foi submetida à apreciação da sociedade por meio de audiência pública, promovendo um amplo debate sobre suas metas e estratégias. Após a sistematização das contribuições da sociedade civil e os ajustes necessários, o documento foi encaminhado à Câmara Municipal, sendo sancionado em 22 de junho de 2015.

O Plano é composto por 20 metas e suas respectivas estratégias, articuladas com o Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Desde sua aprovação, a Secretaria Municipal de Educação tem se empenhado em dar visibilidade ao PME, consolidando-o como política pública estruturante para a educação vividense.

Em consonância com o PNE (Lei Federal nº 13.005/2014) e o PEE (Lei Estadual nº 18.492/2015), a Lei Municipal nº 1.486/2017 reforça a importância do monitoramento contínuo e da avaliação periódica, com o envolvimento das instâncias responsáveis, visando acompanhar sistematicamente o progresso das metas estabelecidas.

Para alcançar os resultados almejados, é essencial implementar políticas públicas que direcionem esforços e investimentos articulados à execução das metas

e estratégias do PME, promovendo organicidade e melhoria da qualidade educacional no município.

Neste contexto, apresentamos o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação das Metas do PME, instituído pela Lei nº 2.661/2015, referente ao período de novembro de 2024 a novembro de 2025, elaborado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação. Durante esse processo, foram identificadas dificuldades na obtenção de dados oficiais e na elaboração de diagnósticos, especialmente em metas que exigem percentuais de evolução.

A base de dados utilizada foi composta por informações do IBGE (Censo 2022), do IPARDES (Caderno Estatístico de Coronel Vivida – 2024), do Censo Escolar, do SERE e do Sistema Estadual de Registro Escolar. A comissão realizou a quantificação das metas e estratégias sob responsabilidade da Rede Municipal de Ensino. No entanto, aquelas atribuídas à Rede Estadual e Federal, em regime de colaboração, não puderam ser mensuradas.

Por fim, destaca-se que o Plano Nacional de Educação permanecerá vigente até 31 de dezembro de 2025, conforme a Lei nº 14.934/2024, reforçando a necessidade de continuidade no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais em todos os níveis.

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIAS DO MONITORAMENTO:

O monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME) de Coronel Vivida foi conduzido por meio de metodologia de pesquisa voltada à produção de evidências educacionais, com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade para todos.

A organização dos trabalhos ocorreu na Secretaria Municipal de Educação, que providenciou os atos legais para a constituição da Equipe Técnica responsável pelo processo. Essa equipe reuniu-se para definir o cronograma de atividades e realizar o preenchimento dos dados necessários.

O estudo teve início com uma releitura atenta do PME, visando verificar sua articulação com os demais instrumentos de planejamento utilizados na gestão pública. Em seguida, foi realizado o preenchimento da Parte B da Ficha de Monitoramento,

seguido de reunião com o Conselho Municipal de Educação para avaliação dos dados registrados.

A elaboração deste relatório está fundamentada em um conjunto de 20 metas e diversas estratégias, acompanhadas de indicadores que abrangem todas as etapas e modalidades da educação no município.

Durante o monitoramento contínuo das metas e estratégias, foram observadas as projeções e os percentuais estabelecidos. A partir dessas análises, foi elaborado o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação, posteriormente analisado e validado pela Comissão Coordenadora e pela Secretaria Municipal de Educação.

O processo incluiu o estudo dos dados apresentados pela Comissão Técnica, bem como a discussão de textos e informações complementares relevantes para o aprimoramento da análise e para o fortalecimento da gestão educacional.

METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO

3.1. META 1 - Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.

Indicador 1 A	**Proporção de pessoas de 4 a 5 anos que frequenta a escola**
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 4 e 5 anos que estão matriculadas na pré-escola no município. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola / Número total de pessoas de 4 e 5 anos) X100.
Unidade de medida	% pessoas

3.1.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	64,2%	78,9%	88,0%	89,7%	99,08 %	109,1 %	100,7 %	107,7 %	101,2 %	103,5 %	104,0 %

Indicador 1 B	**Proporção de pessoas de 0 a 3 anos que frequenta a escola**
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 0 e 3 anos que estão matriculadas na pré-escola no município. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 0 e 3 anos matriculadas na Pré-escola/ Número total de pessoas de 4 e 5 anos) X100.
Unidade de medida	% pessoas

3.1.3.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR B	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	27,3%	27,6%	30,1%	34,4%	36,5%	41,7%	36,9%	32,4%	34,0%	62,28 %	58,77 %

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	SITUAÇÃO ATUAL DA ESTRATÉGIA	OBSERVAÇÕES
1.1	Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná, o município, metas de expansão da rede pública	Em andamento	Está em andamento a construção do novo CMEI Arco-Íris, em parceria com o FNDE, ampliando a oferta de vagas na educação infantil. Além disso, encontram-se em processo de

	municipal de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades dos locais que receberão este tipo de atendimento escolar.		implantação mais dois CMEIs: um no Bairro São José Operário, atualmente em fase de licitação, e outro no Bairro Primavera, cuja solicitação já foi cadastrada junto ao Governo do Estado por meio do Programa Infância Feliz Paraná. Os CMEIs já existentes passaram por reformas estruturais, realizadas de acordo com o padrão de qualidade estabelecido, assegurando ambientes adequados e seguros para o desenvolvimento das crianças. No que se refere à educação infantil de 4 e 5 anos, o município garante o atendimento pleno de todas as crianças, em espaços apropriados e planejados para favorecer o processo de aprendizagem e socialização.
1.2	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a SEED, o Departamento Municipal de Ação Social, a Secretaria Municipal de Saúde, um programa de BUSCA ATIVA, para realizar o levantamento e divulgação da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos como forma de planejar oferta e verificar o	Em andamento	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é desenvolvido de forma integrada nas redes municipal e estadual de ensino, com ações voltadas à prevenção da evasão escolar e ao acompanhamento sistemático dos estudantes em situação de vulnerabilidade. O programa busca garantir a permanência e o sucesso escolar, fortalecendo o vínculo entre escola, família e comunidade, e

	atendimento da demanda manifesta.		promovendo estratégias que assegurem o direito à educação e a continuidade dos estudos.
1.3	Diagnosticar a cada 2 anos com base em parâmetros nacionais de qualidade as condições de infraestrutura física, quadro de pessoal, gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, estabelecendo normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública.	Em andamento	A Secretaria Municipal de Educação oferta formação continuada aos professores da Educação Infantil, realizada no início do ano letivo e no mês de julho, conforme estabelecido no Calendário Escolar. Além disso, ao longo do ano são promovidas formações específicas na área da educação infantil, com o objetivo de enriquecer o aprendizado dos docentes e refletir diretamente na qualificação da prática pedagógica. No que se refere à infraestrutura, as instituições de ensino passam por manutenção constante, de acordo com as necessidades específicas de cada unidade, assegurando ambientes adequados e seguros para o desenvolvimento das atividades educativas.
1.4	Manter periodicamente a manutenção dos prédios escolares que atendem Educação Infantil de 4 e 5 anos, levando em conta números de sala de aula compatível com a matrícula; sanitários; brinquedoteca; mobiliários; playground, de acordo com a faixa etária.	Em andamento	O município estabelece que os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil devem contemplar: • Espaço para recepção, garantindo acolhimento e organização no acesso às unidades; • Sala de professores, além de ambientes destinados a serviços

			administrativos, pedagógicos e de apoio; • Salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação natural, visão para o ambiente externo e mobiliário adequado ao tamanho das crianças, respeitando a área mínima de 1,0 m² por aluno; • Refeitório, bem como instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, atendendo às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação; • Instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso das crianças; • Instalações sanitárias exclusivas para adultos; • Berçário, com área livre que possibilite a movimentação das crianças; • Locais para amamentação e higienização, equipados com balcão e pia; • Solário, conforme indicação das normas de vigilância sanitária; • Área coberta para atividades externas, compatível com a capacidade de atendimento por turno;

			• Parque infantil, destinado ao desenvolvimento motor e social das crianças; • Brinquedoteca, como espaço lúdico que favorece a criatividade e a aprendizagem.
1.5	Estabelecer Programa Municipal para aquisição de Equipamentos para os CMEIs, ouvindo os profissionais das escolas em questão, ainda no primeiro ano de vigência deste plano, o qual deverá estabelecer o procedimento para a aquisição de equipamentos, de acordo com a nova proposta que os CMEIs estão trabalhando, (o armário do professor deve ser aéreo, proporcionando mais espaços na sala e para os micro ambientes, armários pequenos acessíveis às crianças onde possam colocar e tirar brinquedos bem como mudar o móvel de lugar), visando a melhoria do atendimento na rede pública municipal de Educação Infantil.	Realizada	Essa estratégia está plenamente alinhada ao objetivo proposto, garantindo coerência entre o planejamento e a execução das ações educacionais. A implementação assegura que as metas estabelecidas sejam cumpridas de forma consistente, fortalecendo o compromisso com a qualidade da educação e a efetividade das políticas públicas.
1.6	Garantir, no decorrer do primeiro ano de vigência	Em andamento	A Secretaria Municipal de Educação realiza pesquisas por meio de

	deste PME, a construção de um plano de Formação Continuada ouvindo a necessidade dos professores e levando em consideração as avaliações da Educação Infantil, bem como as pesquisas mais atuais neste campo.		formulários eletrônicos, com o objetivo de identificar as necessidades dos professores da Educação Infantil em relação aos temas de formação continuada. As formações são ofertadas no início do ano letivo e no mês de julho, conforme estabelecido no Calendário Escolar, além de ocorrerem ao longo do ano por meio de ações específicas voltadas à educação infantil. Essas iniciativas têm como propósito enriquecer o aprendizado dos docentes, promovendo atualização pedagógica e metodológica, com reflexos diretos na qualificação da prática pedagógica e, consequentemente, na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças.
1.7	Manter a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação Infantil, com o devido acompanhamento nutricional, garantindo a formação continuada para os profissionais desta área, a partir do início da vigência deste PME.	Realizada	Há garantia de alimentação escolar em todas as unidades da rede municipal de ensino, assegurando refeições saudáveis e equilibradas aos estudantes. O processo conta com o acompanhamento técnico de nutricionista, que orienta a elaboração dos cardápios e monitora a qualidade nutricional dos alimentos oferecidos. Além disso, são promovidas ações de formação continuada aos profissionais responsáveis pela

			alimentação escolar, fortalecendo práticas de nutrição, higiene e segurança alimentar, com reflexos diretos na melhoria do atendimento e na promoção da saúde dos alunos.
1.8	Assegurar o transporte escolar para atender as crianças de Educação Infantil de 04 e 05 anos.	Realizada	Há garantia do transporte escolar, assegurada em conformidade com a legislação vigente, contemplando o atendimento às crianças da Educação Infantil de 4 e 5 anos. O serviço é regulamentado pelas seguintes normas: • Lei Federal nº 10.709/2003 • Lei Federal nº 10.880/2004 • Lei Federal nº 11.947/2009 • Decreto nº 6.768/2009 • Resolução FNDE nº 7/2010 • Resolução FNDE nº 40/2010 • Resolução FNDE nº 12/2011 • Resolução Contran nº 277/2008 Essas disposições legais garantem que o transporte escolar seja realizado de forma segura, inclusiva e adequada, assegurando o direito de acesso à educação e o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos.
1.9	Garantir o atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência deste plano, aumentando	Em andamento	O município já atende 62,28% das crianças de 0 a 3 anos, resultado do aumento significativo de vagas nesta faixa etária. Contudo, ainda existe fila de espera para o atendimento. Com

	gradativamente as ofertas de vaga de 2% a 3% ao ano.		a construção das novas creches em andamento, a meta é zerar a fila de espera, garantindo o acesso universal à educação infantil e assegurando condições adequadas de desenvolvimento e aprendizagem para todas as crianças.
1.10	Fortalecer o acompanhamento e monitoramento de acesso e da permanência das crianças na educação infantil, priorizando o atendimento dos filhos de mães que trabalham fora, às famílias de baixa renda, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda a partir do início da vigência do plano.	Em andamento	Foi estabelecida a Lei nº 3.384, de 23 de agosto de 2024, que dispõe sobre os critérios para a classificação de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além de prever outras providências relacionadas à organização e ao acesso à educação infantil. A legislação garante maior transparência e equidade no processo de distribuição das vagas, assegurando que o atendimento seja realizado de forma justa e em conformidade com as necessidades da comunidade.
1.11	Realizar articulação entre profissionais e alunos da educação da rede pública municipal para orientar a transição dos alunos da Educação Infantil para Ensino Fundamental Séries Iniciais.	Em andamento	Para o cumprimento dessa estratégia, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) fundamenta suas ações na Instrução Normativa nº 04/2024, que estabelece diretrizes e procedimentos voltados à organização, acompanhamento e execução das políticas educacionais. Esse instrumento normativo garante maior segurança jurídica, padronização das práticas administrativas e pedagógicas e

			contribui para a efetividade das metas previstas no planejamento educacional do município.

3.2. META 2 - Universalizar o ensino fundamental de nove anos, para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME.

Indicador 2 A	**Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)**
Conceitos e definições	Proporção de pessoas de 6 a 14 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar no município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número de alunos de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 6 a 14 anos no município) X 100
Unidade de medida	% pessoas

3.2.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	100,1 %	100,8 %	103,7 %	104,9 %	106,3 %	107,1 %	106,4 %	110,2 %	116,6 %	98,7 %	99,5 %

Indicador 2 B	**Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.**

Conceitos e definições	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 16 anos que concluíram o ensino fundamental / Número total de pessoas de 16 anos no município) x 100
Unidade de medida	% pessoas

3.2.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INDICADOR B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83,0%	0

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
2.1	Aplicar no município a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do Ensino Fundamental, quando da sua aprovação, que, de acordo com a Lei Federal 13.005/2014 deverá ser elaborada pelo Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do segundo ano de vigência do PNE, e encaminhada ao Conselho Nacional de	Em andamento	Essa estratégia está plenamente alinhada ao objetivo proposto, garantindo coerência entre o planejamento e a execução das ações educacionais. A implementação assegura que as metas estabelecidas sejam cumpridas de forma consistente, fortalecendo o compromisso com a qualidade da educação e a efetividade das políticas públicas.

	Educação, precedida de Consulta Pública Nacional.		
2.2	Implantar, executar e consolidar os projetos e programas definidos pelo MEC, de maneira que todos os educandos tenham a garantia de ter concluído o ensino fundamental na idade Certa.	Em andamento	É ofertado apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, realizado em contraturno escolar, por meio da Jornada Ampliada. O objetivo é promover a recuperação no desenvolvimento dos conteúdos curriculares, assegurando que os estudantes tenham condições de avançar para o ano seguinte, com a devida adequação idade/série. Essa iniciativa contribui para a equidade educacional, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem.
2.3	Garantir que o Currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino seja adequado e desenvolvido de maneira que atinja todos os estudantes, levando em conta a necessidade de estabelecer diferenças nas atividades pedagógicas, assim como em seus conteúdos culturalmente orientados.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular das escolas a adoção das diretrizes estabelecidas pelo Referencial Curricular do Paraná, assegurando a coerência pedagógica e metodológica em todas as etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Essa integração garante

			que o planejamento escolar esteja alinhado às orientações estaduais, promovendo a uniformidade na organização curricular, a valorização das práticas pedagógicas e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.
2.4	Promover a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com Órgãos Públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à Infância, Adolescência e Juventude, garantindo a formação aos profissionais que trabalham direto ou indiretamente com as crianças.	Em andamento	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é desenvolvido de forma articulada nas redes municipal e estadual de ensino, com ações voltadas à prevenção da evasão escolar e ao acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade. O programa busca garantir a permanência e o sucesso escolar, fortalecendo o vínculo entre escola, família e comunidade, e promovendo estratégias que assegurem o direito à educação e a continuidade dos estudos.
2.5	Garantir que até o final da vigência deste plano 100% dos alunos com idade entre 06 e 10 anos, estejam matriculados e frequentando a escola.	Realizada	Essa estratégia está plenamente alinhada ao objetivo proposto, garantindo coerência entre o planejamento e a execução

			das ações educacionais. A implementação assegura que as metas estabelecidas sejam cumpridas de forma consistente, fortalecendo o compromisso com a qualidade da educação e a efetividade das políticas públicas.
2.6	Buscar a ampliação dos recursos repassados pelo Estado para manutenção do transporte escolar dos alunos da Rede Estadual, que utilizam o transporte oferecido pelo município.	Em andamento	Há garantia do transporte escolar, assegurada em conformidade com a legislação vigente. O serviço é regulamentado pelas seguintes normas: • Lei Federal nº 10.709/2003 • Lei Federal nº 10.880/2004 • Lei Federal nº 11.947/2009 • Decreto nº 6.768/2009 • Resolução FNDE nº 7/2010 • Resolução FNDE nº 40/2010 • Resolução FNDE nº 12/2011 • Resolução Contran nº 277/2008 Essas disposições legais garantem que o transporte escolar seja realizado de

			forma segura, inclusiva e adequada, assegurando o direito de acesso à educação e o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos.
2.7	Prever adequação de infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, para funcionamento da Educação em Tempo Integral de tal forma que possa atender até 25% das crianças, até o final da vigência deste plano.	Em andamento	A Educação Integral em Tempo Integral está sendo contemplada por meio da Jornada Ampliada, realizada em prédio próprio, atendendo atualmente 332 estudantes, além das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa AABB Comunidade. Está previsto, ainda, o oferecimento de Tempo Integral na Escola Municipal Juventino Rufatto, após a conclusão da reforma da unidade, ampliando o acesso dos alunos a uma formação integral e diversificada. No âmbito da Educação Estadual, o Colégio Estadual Castelo Branco já oferta Tempo Integral, fortalecendo a política de ampliação da jornada escolar e garantindo melhores condições para o

			desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.
2.8	Garantir a aquisição de equipamentos para cozinha, bebedouro, equipamentos esportivos, armários e mesas (para as salas de aula e de professores), estante para biblioteca, projetor multimídia, quadro interativo e quadro branco, computadores (para laboratório, alunos e administrativo) e com internet com maior velocidade, climatização para todas as escolas até o terceiro ano de vigência deste plano.	Realizada	O município passou a atender essa meta a partir do ano de 2021, com a aquisição de todos os equipamentos necessários para a modernização da rede de ensino. Foram disponibilizados notebooks para cada professor concursado, instaladas lousas digitais em todas as salas de aula, distribuídos tablets aos alunos, além da implementação de sistemas de climatização e de internet adequada em todas as unidades escolares. Essas ações representam um avanço significativo na infraestrutura tecnológica e pedagógica, promovendo melhores condições de trabalho aos docentes e ampliando as oportunidades de aprendizagem dos estudantes.
2.9	Disciplinar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação	Em andamento	O Calendário Escolar é apresentado pela SEED, porém o município tem

	do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região, conforme as necessidades do momento.		liberdade para adequações necessárias.
2.10	Desenvolver mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental, ampliando a carga horária dos profissionais especializados como: Fonoaudióloga, Psicóloga e Psicopedagogas para o fortalecimento, acompanhamento monitoramento do acesso, permanência e aproveitamento escolar para todos.	Em andamento	Precisa ser ampliada a oferta de atendimento da fonoaudióloga e assistente social.
2.11	Promover Concurso Público para professor da Área Específica de Educação Física para atuar nas escolas da Rede Municipal de Ensino.	Em andamento	Pretende-se realizar concurso público em 2026, para a disciplina de Educação Física.
2.12	Promover a relação nas escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para livre fruição dos (as) alunos (dentro e fora dos espaços escolares), assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	Em andamento	Há o incentivo de práticas pedagógicas inovadoras por meio de formação continuada a cada semestre e projetos desenvolvidos em parcerias com empresas locais com os Bancos e Cooperativas.
2.13	Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos	Em andamento	Essa estratégia está de acordo com objetivo proposto.

	anos iniciais, para as populações do campo, indígena e itinerantes.		
2.14	Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulos a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.	Em andamento	São oferecidas atividades extracurriculares como: Taekwondo, Karatê, Música, Teatro, Artesanato, Tecnologias e Esportes, Arte circense e Robótica.
2.15	Oferecer formação continuada de tal forma, que todos os profissionais da Rede Municipal de Ensino recebam capacitação por segmento, inclusive na Semana Pedagógica.	Em andamento	No município, as formações continuadas são ofertadas a todos os profissionais da rede municipal de educação, por meio de cursos promovidos pelo MEC, pela Secretaria Estadual de Educação e pela própria Secretaria Municipal de Educação. As ações incluem: • Grupos de Estudos, voltados ao aprofundamento teórico e prático; • Formações online, que ampliam o acesso e a flexibilidade de participação; • Semana Pedagógica, destinada ao planejamento e atualização das práticas docentes; • Palestras com profissionais especializados, como

			nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros, que contribuem para a formação integral dos educadores. Essas iniciativas fortalecem a qualificação profissional, promovem a atualização pedagógica e refletem diretamente na melhoria da prática educativa e na qualidade do ensino oferecido aos estudantes.
2.16	Articular junto à SEED tratativas para garantir padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares das escolas da Rede Estadual, com espaços diferenciados dotados de ventilação, iluminação, insolação, com condições sanitárias adequadas e acessibilidade, disponibilizando acesso às novas tecnologias, tais como: salas de audiovisual e laboratório de informática, (com acesso à internet).	Em andamento	Essa estratégia está sendo adequada com objetivo proposto.
2.17	Promover atividades que fomentem a participação de toda a comunidade escolar com o objetivo de compreensão e conhecimento da realidade das escolas com ênfase ao currículo e	Em andamento	Para incentivar a participação e a integração escola - comunidade, as escolas desenvolvem reuniões periódicas, apresentações em datas

	ao regimento promovendo a inserção social e cidadania.		específicas entre outras ações voltadas a integração.
2.18	Fomentar o enfrentamento dos temas voltados aos desafios educacionais contemporâneos em parceria com a Rede de Proteção, desenvolvendo estratégias didático-pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a comunidade escolar, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular e em parceria com a Rede de Proteção.
2.19	Estabelecer intercâmbio de profissionais da educação da rede pública municipal e estadual para orientar a transição dos alunos do 5º ano dos Anos Iniciais para o 6º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental.	Em andamento	Essa estratégia está efetivada por meio da Instrução Normativa nº 04/2024, a qual estabelece diretrizes e orienta os procedimentos para a transição entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II. O documento normativo garante maior organização, clareza e padronização nesse processo, assegurando que a passagem dos estudantes entre etapas ocorra de forma gradual, planejada e adequada às necessidades

			pedagógicas, promovendo a continuidade e a qualidade do aprendizado.
2.20	Apoiar e fortalecer ações educativas, por meio da formação continuada aos profissionais da educação, visando à valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.	Em andamento	Os professores da Rede Municipal de Ensino têm conhecimento das legislações vigentes e, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria da Saúde e a Promotoria, são realizadas atividades anuais nas escolas voltadas ao trabalho com os seguintes temas: • Lei nº 12.519/2011 – Combate ao racismo e às desigualdades sociais; • Lei Maria da Penha nº 14.550/2023 – Enfrentamento à violência doméstica; • Lei nº 22.781/2017 – Semana de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Essas ações têm como objetivo promover a conscientização, prevenir situações de violência e discriminação, além de fortalecer a formação cidadã dos estudantes,

			assegurando o cumprimento das legislações e a construção de uma escola mais justa, inclusiva e segura.
2.21	Acompanhar e monitorar o acesso, da permanência, do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas assistenciais e demais alunos, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento desenvolver estratégias metodológicas adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação de Coronel Vivida – PR reafirma sua posição como mediadora de conflitos, priorizando sempre o entendimento e a ampliação da consciência dos estudantes por meio de um tratamento reflexivo e dialógico, recusando-se a adotar medidas punitivas que desviem o foco da ação educacional. Nas ações escolares, destaca-se o compromisso em: • Assumir atitude responsiva diante de casos de racismo, não naturalizando atos que causem sofrimento ao outro; • Analisar com justiça e sensibilidade todos os pontos de vista das narrativas que envolvem racismo; • Buscar a complexidade na

			interpretação dos episódios racistas, considerando outras dinâmicas de discriminação (como o machismo) e as subjetividades envolvidas; • Proteger todos os estudantes envolvidos em situações de racismo, evitando estigmatizações e ressentimentos; • Fortalecer ações de acolhimento às famílias, promovendo diálogo e apoio contínuo. Outras ações complementares • Palestras com a Patrulha Escolar: atividades interativas realizadas nas escolas, abordando conceitos de bullying, suas diferentes formas (físico, verbal, psicológico e virtual) e as consequências para vítimas e agressores. • Projeto MPT na Escola: desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com foco na prevenção e combate ao trabalho infantil, por meio da educação e da

			conscientização da comunidade escolar.
2.22	Desenvolver estratégias contínuas e permanentes na promoção de práticas pedagógicas e avaliação formativa, contemplando o diagnóstico das potencialidades do aluno e detecção de problemas de ensino e aprendizagem.	Em andamento	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em conjunto com a Equipe Pedagógica das escolas, realiza o diagnóstico do nível de desempenho dos alunos da Rede Municipal de Ensino e desenvolve ações direcionadas à superação das dificuldades identificadas, com o objetivo de elevar a qualidade do ensino. Para esse acompanhamento, são aplicadas diversas avaliações: • Avaliação Diagnóstica (1º ao 5º anos); • Avaliação de Fluência (2º anos); • Prova Paraná (5º anos); • **Prova Paraná Mais** (2º e 5º anos); • **Avaliação Formativa** (2º ao 5º anos); • **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** (1º anos):

			○ Primeiro Ciclo de Avaliações; ○ Segundo Ciclo de Avaliações; ○ Terceiro Ciclo de Avaliações; • Avaliação Educacional – modelo SAEB (2º e 5º anos); • Avaliação Educacional SAEB (5º anos, aplicada a cada dois anos); • Letramento e Alfabetização para alunos migrantes; • Aplicação do RTI (Resposta à Intervenção): abordagem pedagógica que busca identificar precocemente dificuldades de aprendizagem, especialmente em leitura e escrita, aplicando intervenções específicas conforme o nível de necessidade. O RTI tem caráter preventivo, atuando antes que as dificuldades se consolidem, fortalecendo habilidades cognitivas e linguísticas essenciais para o processo de alfabetização, reduzindo

			defasagens e prevenindo a evasão escolar. Essas avaliações e estratégias permitem à rede municipal monitorar o progresso dos estudantes, intervir de forma direcionada e assegurar a continuidade do aprendizado, promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade.
2.23	Organizar e consolidar através da gestão democrática o Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino, utilizando como princípios: a escola como espaço de cultura e conhecimento e o desenvolvimento do aluno.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.

3.3. META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 anos (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Indicador 3 A	**Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola**
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número da população pessoas de 15 a 17 anos matriculadas na escola / Número total de pessoas de15 a 17 anos) X 100

Unidade de medida	% pessoas
Comentários	A competência de atendimento deste nível de ensino é do Estado, portanto as considerações são a nível de observação e algumas parcerias realizadas entre o município e Estado. Desta forma, não há investimentos aplicados e nem previstos nas estratégias por parte do município, exceto para o transporte escolar

3.3.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	98,8%	103,4 %	105,4 %	97,3%	104,3 %	91,6%	113,2 %	116,6 %	123,5 %	104,0 %	106,8 %

Indicador 3 B	**Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.**
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município no Ensino Médio Regular. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número da população de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 15 a 17 anos) X 100.
Unidade de medida	% pessoas

3.3.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

	63,7 %	65,1 %	69,8 %	74,9 %	81,6 %	85,8 %	96,2 %	105, 1%	113, 3%	81,7 %	82,4 %

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
3.1	Colaborar no acompanhamento e monitoramento do acesso e a permanência dos alunos que são beneficiários de programas de transferência de renda e demais alunos a fim de identificar os motivos das faltas, desistências e evasão através de parceria com o trabalho do Comitê Municipal do Programa de Combate ao Abandono Escolar para garantir a continuidade dos estudos destes alunos.	Em andamento	Consciencialização junto à comunidade escolar e por meio da intensificação do trabalho colaborativo, denominado Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente a qual configura o Programa de Combate ao Abandono Escolar (SERP) desenvolvido pela SEED/PR-Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O Estado oferece o PMA (Programa mais aprendizagem) destinado a atender, em turno complementar ao turno da matrícula no ensino regular, estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio que necessitam superar defasagens e lacunas de aprendizagem em áreas como leitura, escrita, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e

			problematização. Foram realizadas mobilizações para incentivar à inscrição dos alunos, com defasagem deidade/série no ENCCEJA- que é uma prova do Governo Federal onde se avalia as competências, habilidades e saberes de jovens e adultos, oportunizando-os a obterem o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e ou Médio, caso alcancem a nota mínima exigida nas áreas do conhecimento avaliadas na redação.
3.2	Efetuar a Busca Ativa da população de 15 a 17 anos, bem como daqueles com defasagem idade-série que não tenham terminado a educação básica, através das parcerias do Conselho Tutelar, Ministério Público e Departamento de Promoção Humana do município.	Em andamento	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é realizado na rede municipal e estadual.
3.3	Colaborar para a realização de mudanças nas metodologias de ensino e práticas avaliativas utilizadas pelo professor, como reavaliar o tempo destinado as	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.

	aulas expositivas incorporando metodologias de trabalho em grupo para maior interação entre os alunos e os conteúdos trabalhados utilizando práticas avaliativas formativas, garantindo, assim, ao estudante, futuro adulto trabalhador, o direito a uma formação humana integral para a leitura do mundo e para sua atuação como cidadão.		
3.4	Trabalhar em parceria com os órgão competentes, pelo fortalecimento da Vara da Infância e da Juventude do Município com a participação do Ministério Público em reuniões e Palestras com as famílias dos estudantes.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular
3.5	Trabalhar pela ampliação da oferta do Ensino Médio em todos os Colégios do Município na rede pública e privada, de preferência nos três turnos de forma a atender todos os estudantes de 15 a 17 anos e em defasagem de idade focando nas necessidades especificas da diversidade do estudante trabalhador.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular e atendendo à legislação vigente pela mantenedora.
3.6	Colaborar pela adequação da organização didático-pedagógica e administrativa do	Realizada	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.

	ensino noturno de acordo com as necessidades dos estudantes que trabalham, atentando para a continuidade da qualidade do ensino através de reorganização do Plano de Trabalho Docente.		
3.7	Incentivar a organização dos Grêmios Estudantis, como importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos.	Realizada	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular
3.8	Colaborar para organizar o Ensino Médio nas escolas do município, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012) em consonância com o Referencial Curricular do Paraná através de reuniões de reestruturação das Propostas Pedagógicas Curriculares, do Plano de Trabalho Docente e do Projeto Político Pedagógico utilizando como princípio educativo do Ensino Médio, o trabalho e como princípio pedagógico, a pesquisa, com base nas dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.

3.9	Propor em parceria com a Departamento de Tributação Municipal, de acordo com a legislação vigente, incentivo fiscal municipal para empresas que ofertarem aos estudantes do Ensino Médio estágio remunerado, a fim de formarem cidadãos líderes, empreendedores, críticos e mais atuantes;	Em análise	Essa meta ainda está sendo estudada.
3.10	Integrar, a partir da vigência deste PME, o comércio, escola e demais segmentos da sociedade que empregam os estudantes do município, para debater e trabalhar as dificuldades encontradas, a fim de que a escola possa melhorar e adequar o ensino, principalmente dos estudantes do ensino noturno.	Em análise	Essa meta ainda está sendo analisada.
3.11	Colaborar com a SEED na oferta de transporte escolar de qualidade garantindo a segurança e acessibilidade e a otimização do tempo para os estudantes da rede pública de educação, desde que seja garantido pelo Estado do Paraná, sua contrapartida financeira, que cubra os custos reais desse serviço, para os	Realizada	Há garantia do transporte escolar, assegurada em conformidade com a legislação vigente. O serviço é regulamentado pelas seguintes normas: • Lei Federal nº 10.709/2003 • Lei Federal nº 10.880/2004 • Lei Federal nº 11.947/2009

	alunos da Rede Estadual de Ensino.		• Decreto nº 6.768/2009 • Resolução FNDE nº 7/2010 • Resolução FNDE nº 40/2010 • Resolução FNDE nº 12/2011 • Resolução Contran nº 277/2008 Essas disposições legais garantem que o transporte escolar seja realizado de forma segura, inclusiva e adequada, assegurando o direito de acesso à educação e o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos.

3.4. META 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Indicador 4 A	**Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.**
Conceitos e definições	(População de 4 a 17 anos com deficiência de frequência à escola / População de 4 a 17 anos com deficiência) x100.
Comentários	Inviável. O relatório de linha de base 2014, primeiro ciclo, utiliza o Censo demográfico como fonte de dados. Contudo, as perguntas e as alternativas de resposta acerca de deficiências foram elaboradas de modo distinto nos Censos

	Demográficos de 2000 e 2010. Ausência de padronização/definição conceitual, pois as fontes de dados sugeridas (Censo demográfico e escolar) possuem conceitos diferentes de deficiências. O censo demográfico engloba todas as pessoas (matriculadas ou não) e o censo escolar apenas os matriculados. Não temos informações de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para as pessoas que estão fora da escola. Impossibilidade de desagregação municipal ano a ano.

Indicador 4 B	**Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica**
Conceitos e definições	(Matriculas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação / Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). A idade de referência utilizada nesse indicador é a variável (NU_IDADE) do Censo Escolar e as variáveis código de matrícula(ID_MATRICULA) e idade como sendo no ano de nascimento do aluno. Essa opção foi assumida para que esse indicador, cujos dados estão disponíveis para os municípios, ficasse igual ao nacional. Observa-se que, na série calculada nesse estudo, não é mostrado o indicador para 2014, pois a variável (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA), necessária para se calcular o indicador, não foi identificada nos microdados, impossibilitando usar a metodologia para calcular o indicador para o ano de2014. Portanto, foram

	calculados apenas os indicadores para os anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. *Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar deficiências e cruzamento de grupos de idades com tipo de classes (se especiais ou exclusivas). Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.

3.4.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR B	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	—	59,7%	62,2%	64,0%	75,2%	63,7%	63,7%	—	—	—	——

Indicador 4 C	**Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica**
Fórmula de Cálculo	(Número de matrículas de turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado, da educação básica de alunos de 4 a 17anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação/ Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) x 100
Comentário	Incluído e calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo

	INEP, não permitem mais verificar deficiências e cruzamento de grupos de idades com tipo e classes (se especiais ou exclusivas). Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.

3.4.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR C	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	--	--	--	--	--	--	38,8%	--	--	33,4%	------

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
4.1	Promover durante a vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Realizada	Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas são encaminhados para atendimentos especializados, realizados em Salas de Recursos Multifuncionais e acompanhados por profissionais habilitados, como fonoaudiólogos e psicólogos. Além disso, é assegurado o direito à dupla matrícula, permitindo que

			o estudante frequente simultaneamente o ensino regular e a Escola Especializada (APAE). Essa medida garante maior inclusão educacional, ampliando as oportunidades de desenvolvimento integral e fortalecendo o processo de aprendizagem.
4.2	Implantar até o segundo ano de vigência do plano, 02 salas de recursos multifuncionais na rede municipal, conforme demanda mediante avaliação psicoeducacional no contexto escolar realizada por equipe multiprofissional, viabilizando recursos nas esferas municipal, estadual e federal. Nos demais anos, a implantação deve ocorrer conforme a demanda.	Realizada	A Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile dispõe atualmente de três Salas de Recursos Multifuncionais, destinadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo suporte pedagógico especializado e inclusão escolar. Com vistas à ampliação da oferta, está previsto o implantação de novas salas em mais duas escolas da rede municipal, contemplando tanto Salas de Recursos Multifuncionais quanto uma Sala de Altas

			Habilidades, voltada ao atendimento de estudantes que apresentam desempenho acima da média e necessitam de estímulos diferenciados para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Essa iniciativa reforça o compromisso da rede municipal com a educação inclusiva e equitativa, assegurando que todos os alunos tenham acesso a condições adequadas de aprendizagem e desenvolvimento.
4.3	Assegurar atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com e sem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública e privada, atendendo a legislação	Realizada	A rede pública oferta Sala de Recursos Multifuncionais, porém as escolas da rede privada não ofertam esse tipo de complemento.

	vigente da educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação por equipe multiprofissional, ouvidos a família e o aluno.		
4.4	Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos.	Realizada	A rede municipal de Educação possui profissional habilitado com cursos específicos para atuar como instrutor, tradutor/intérprete de Libras, bem como de monitor, de acordo, com a necessidade do aluno.
4.5	Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	Realizada	Para assegurar a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, o município desenvolve ações integradas que envolvem: • Conscientização das famílias sobre a importância da educação

			no desenvolvimento integral da criança, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade; • Monitoramento sistemático da frequência escolar, realizado por professores e pedagogas das unidades, com foco na prevenção da evasão; • Acompanhamento individualizado, garantindo que cada estudante receba o suporte necessário para superar barreiras e permanecer em processo contínuo de aprendizagem. Essas medidas reforçam o compromisso da rede municipal com a educação inclusiva, promovendo condições adequadas para que todos os alunos tenham acesso, permanência e sucesso escolar.
4.6	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem	Realizada	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular

	como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.		
4.7	Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos com	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.

	idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.		
4.8	Em consonância com o estabelecido na Lei Federal 13.005/14, apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar e escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues, conforme a necessidade.	Em andamento	Está contemplada na Proposta Pedagógica Curricular.
4.9	Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das	Em andamento	No dia 02 de abril – Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o município promove um evento especial com palestras e

	famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.		estudos, direcionado a professores, profissionais da saúde e pais, com o objetivo de ampliar o conhecimento, sensibilizar a comunidade e fortalecer práticas inclusivas. Além dessa iniciativa, foi criada a Associação Solidária aos Autistas do Sudoeste do Paraná (ASAS), que desenvolve atividades ao longo do ano, somando esforços para a conscientização e o apoio às famílias. A APAE também atua como parceira nesse processo, contribuindo para a construção de uma rede de apoio integrada e comprometida com a educação inclusiva e o bem-estar das pessoas com autismo.
4.10	Implantar no prazo de até três anos da vigência deste Plano, as diretrizes e normas para a terminalidade específica aos alunos com necessidades especiais, considerando aspectos legais.	Realizada	Realizada de acordo com as Normas e Diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

4.11	Fortalecer, durante a vigência deste Plano, as ações de Educação Especial com a política de educação para o trabalho, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não governamentais, com objetivo de garantir as pessoas com necessidades especiais a inclusão ao mercado de trabalho através de criação de espaços terapêuticos ou programas de profissionalização para mercado de trabalho.	Em andamento	A Agência do Trabalhador busca vagas para atender esse estudantes e, muitos estão trabalhando no mercado local.
4.12	Proporcionar grupos de estudos contínuos e aprofundamentos com professores e especialistas referentes as especificidades da Educação Especial e suas implicações em sala de aula.	Em andamento	São realizadas formação continuada específica a Educação Especial, durante o ano.
4.13	Promover programas destinados à oferta da atenção inicial para crianças com necessidades educacionais especiais e/ ou crianças com deficiência em parceria com áreas da saúde, considerando os profissionais com a carga horária para suprir a demanda de atendimentos de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psiquiatria, neurologia e assistência social.	Em andamento	Existe uma parceria consolidada com a Secretaria de Saúde, que assegura o diagnóstico e o encaminhamento subsequente de cada caso, realizado pelos profissionais mencionados na Estratégia 4, com exceção da área de Terapia Educacional.

			Além disso, a APAE atua como parceira da educação municipal, oferecendo atendimento especializado aos alunos com maiores comprometimentos, fortalecendo a rede de apoio e garantindo práticas inclusivas que promovem o desenvolvimento integral dos estudantes.
4.14	Organizar um sistema de informações em rede entre departamentos de educação, saúde e promoção humana, sobre a população a ser atendida, permitindo compartilhar objetivos e procedimentos terapêuticos.	Realizada	O levantamento das pessoas com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento é realizado em parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio de: • Relatos dos profissionais que atuam diretamente nesses setores; • Visitas domiciliares realizadas pelas assistentes sociais, possibilitando maior proximidade com

			as famílias e identificação das necessidades; • Dados fornecidos pelas agentes comunitárias de saúde, que contribuem para a construção de um diagnóstico mais preciso e abrangente. Esse processo integrado permite ao município mapear a realidade local, planejar ações de atendimento e inclusão e garantir que as políticas públicas sejam direcionadas de forma eficaz às pessoas que necessitam de apoio especializado.
4.15	Implantar programas para equipar as Unidades Escolares de Ensino Fundamental, Infantil e EJA da rede pública e conveniadas com o poder público, conforme a demanda de educandos com algum tipo de necessidade educacional especial para a concessão de equipamentos, adaptações e recursos pedagógicos conforme necessidade.	Em andamento	O município dispõe de equipamentos especiais destinados ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo condições adequadas de aprendizagem e inclusão. Entre os recursos

			disponibilizados destacam-se: • Mobiliário adaptado, que assegura conforto e acessibilidade; • Recursos pedagógicos montessorianos, favorecendo a autonomia e o desenvolvimento integral; • Material apostilado e livros didáticos ampliados, adequados às diferentes demandas dos alunos; • Outros recursos especializados, voltados à promoção da equidade educacional. Além disso, foi adquirido o óculos de inteligência Orcam MyEye, tecnologia assistiva inovadora que possibilita aos alunos cegos maior independência na leitura e no acesso à informação, fortalecendo o processo de inclusão escolar.
4.16	Viabilizar programas e ações de combate ao preconceito e	Em andamento	O município desenvolve ações integradas de

	discriminação no ambiente escolar e comunitário por meio de campanhas na mídia, nos estabelecimentos de ensino e na comunidade geral garantindo as temáticas da diversidade.		prevenção à discriminação e ao bullying nas escolas da rede municipal de ensino, com foco na promoção do respeito e da valorização da diversidade. Entre as iniciativas destacam-se: • Palestras realizadas pelas psicólogas, voltadas à prevenção da discriminação e ao fortalecimento da convivência saudável entre os alunos; • Atividades da Patrulha Escolar, com palestras interativas sobre bullying, abordando suas diferentes formas (físico, verbal, psicológico e virtual) e as consequências para vítimas e agressores; • Orientações sobre prevenção da violência, com explicação de estratégias que incentivam o respeito às diferenças, a empatia e a valorização da diversidade;

			• Aquisição de materiais específicos de combate ao bullying, que serão utilizados em atividades pedagógicas com os estudantes da rede municipal. Essas ações reforçam o compromisso da educação municipal com a formação cidadã, a promoção da cultura de paz e a construção de ambientes escolares inclusivos e seguros.
4.17	Assegurar ao aluno com necessidades especiais, no campo da aprendizagem, a flexibilização e adaptação curricular, de acordo com suas necessidades, e também de acordo com a terminalidade específica.	Em andamento	O professor responsável por alunos com necessidades educacionais especiais elabora o Plano Educacional Individualizado (PEI), considerando as especificidades de cada estudante e propondo estratégias pedagógicas adequadas ao seu desenvolvimento. Paralelamente, o professor da Sala de Recursos Multifuncionais elabora o Plano de Atendimento Educacional

			Especializado (PAEE), com foco na flexibilização curricular e na oferta de recursos e metodologias diferenciadas, de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos. Esses instrumentos asseguram a personalização do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a inclusão escolar e garantindo que todos os estudantes tenham acesso a condições adequadas para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.
4.18	Assegurar, nos documentos norteadores da escola, de maneira clara e objetiva, a forma de currículo e sua flexibilização, prevendo a inclusão de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, altas habilidades/superdotação para todos os níveis e modalidades de ensino.	Realizada	Alguns dos principais documentos que norteiam a educação e orientam as práticas pedagógicas no município são: • Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) – estabelecem princípios, fundamentos e orientações para a organização da

			educação básica em todo o país; • Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – oferecem referenciais para a prática pedagógica, assegurando a coerência e a qualidade do ensino; • Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, garantindo a equidade e a unidade curricular em âmbito nacional; • Referencial Curricular do Paraná – documento estadual que complementa e contextualiza as orientações nacionais, considerando as especificidades regionais e culturais. Esses instrumentos constituem o alicerce das políticas educacionais, assegurando que o processo de ensino-aprendizagem seja pautado pela equidade,

			qualidade e respeito às diversidades.
4.19	Através de parcerias com entidades privadas, garantir projetos para cursos profissionalizantes aos alunos e egressos da educação inclusiva.	Em andamento	O município não conta ainda com essas parcerias. A Agência do Trabalhador procura, com as empresas do município, vagas de empregos que consequentemente oferecem cursos de aperfeiçoamento.

3.5. META 5 - Alfabetizar, com aprendizagem adequada, todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

A partir de 2022, o INEP adotou outro instrumento e fonte de dados: a avaliação do 2º ano do ensino fundamental (SAEB) 2019, amostral, sem resultado para todos os municípios, dessa forma, para os municípios, a série história fica interrompida por falta de dados publicados.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
5.1	Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico,	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promove a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores, incorporando o uso de novas tecnologias educacionais e de

	almejando a alfabetização de todas as crianças.		práticas pedagógicas inovadoras que fortalecem o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, conta com a assessoria do Sistema SIM – FTD, que oferece suporte pedagógico e metodológico, contribuindo para a atualização dos docentes e para a implementação de estratégias eficazes na alfabetização. Essas ações reafirmam o compromisso da rede municipal com a qualificação profissional, a inovação pedagógica e a melhoria da qualidade da educação.
5.2	Instituir instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.	Realizada	É realizada, anualmente, a aplicação de avaliação equalizada ao SAEB, disponibilizada pelo sistema de ensino contratado pela mantenedora, abrangendo os estudantes do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

			Essa avaliação tem como finalidade: • Diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos; • Identificar dificuldades apresentadas no processo educacional; • Estabelecer metas de superação, orientando ações pedagógicas específicas; • Monitorar a evolução do desempenho escolar, garantindo maior qualidade no ensino ofertado. Com esse processo, o município fortalece a gestão educacional baseada em evidências, assegurando que as estratégias de intervenção sejam direcionadas às reais necessidades dos estudantes.
5.2	Assegurar diversidade de métodos e propostas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização, bem	Realizada	- Aplicar avaliações de fluência em leitura para os 2º anos do ensino fundamental, com

	como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino, devendo ser disponibilizadas, como recursos educacionais abertos e favoreçam a melhoria do fluxo escolar.		caráter formativo, durante o ano letivo. - No ano de 2022, a Secretaria Municipal de Educação utilizou as avaliações diagnósticas e formativas do MEC-Plataforma do CAED, para monitorar e traçar Estratégias para a elevação da taxa de alfabetização no município. - Aplicação da Prova Paraná Mais com a finalidade de identificar padrões de aprendizagem, lacunas no ensino e oportunidades de intervenção pedagógica. É aplicada de forma censitária (todos os alunos participam) nos seguintes níveis: 2º e 5º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

			3ª e 4ª séries do Ensino Médio. - Aplicação da Avaliação de Fluência aos alunos do 2º anos, uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR), dentro do programa *Educa Juntos,* com o objetivo de identificar precocemente dificuldades na leitura, orientar intervenções pedagógicas e garantir que todas as crianças alcancem a fluência necessária para avançar nos estudos. Aplicação do RTI (Resposta à Intervenção) é uma abordagem pedagógica que busca identificar precocemente dificuldades de aprendizagem, especialmente na leitura e escrita, e aplicar intervenções específicas para cada nível de necessidade, com o objetivo principal de reduzir problemas de

			linguagem e dificuldades que podem comprometer a alfabetização, evitando defasagens e evasão escolar. Tem caráter preventivo, pois atua antes que as dificuldades se consolidem, fortalecendo habilidades cognitivas e linguísticas fundamentais para aprender a ler e escrever.
5.4	Fortalecer a alfabetização de crianças do campo, indígenas e de populações itinerantes.	Realizada	Todos os alunos da rede de ensino têm as mesmas oportunidades de ensino aprendizagem.
5.5	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização.	Realizada	A SEMED oportuniza formação para os professores alfabetizadores pelo Sistema SIM de Ensino, o qual foi adotado pelo município no ano de 2021.Todos os professores do 1º e 2º anos estão participando do curso de Formadores em Ação do Governo do Estado, que visa subsidiar e capacitar os professores alfabetizadores.
5.6	Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência,	Realizada	Para garantir a alfabetização dos

	considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.		estudantes com necessidades educacionais especiais, os professores realizam adaptações curriculares, utilizando atividades e recursos pedagógicos diferenciados, de acordo com as especificidades de cada aluno. Além disso, elaboram e aplicam o Plano Educacional Individualizado (PEI), instrumento que orienta o processo de ensino e aprendizagem de forma personalizada, assegurando o desenvolvimento das habilidades essenciais para a leitura e escrita.

3.6. META 6- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica.

Indicador 6 A	**Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.**
Fórmula de cálculo	(Números de alunos ETI /número de alunos matriculados na educação básica pública) x 100
Fórmula de cálculo	(Número de alunos ETI/Número de alunos matriculados na educação básica pública) x 100

Comentários	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).Público Alvo da ETI = são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à Educação de Jovens e Adultos nem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma Subsequente ou Concomitante; Jornada de Tempo Integral = é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de Atividade Complementar (AC) e/ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizadas em instituições públicas

3.6.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INDICADOR A	40,9 %	32,2 %	27,1 %	32,2 %	14,6 %	13,3 %	12,85 %	8,5%	8,1%	19,0 %	34,4 %

Indicador 6 B	**Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral.**
Fórmula de cálculo	(Número de escolas que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral / Número de escolas que possuem pelo menos um aluno do público alvo da ETI) X 100
Fórmula de cálculo	(Número de escolas que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral /

	Número de escolas que possuem pelo menos um aluno do público alvo da ETI) x 100
Comentários	Calculado conforme relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação - 2020 (INEP).público alvo da ETI =são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio, oferecida na forma subsequente ou concomitante; jornada de tempo integral = é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de atividade complementar (AC) e/ou de atendimento educacional especializado(AEE) realizadas em instituições públicas e/ou privadas. *Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar a maior parte das variáveis e realizar o cruzamento de dados por escola e município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.

3.6.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

INDICADOR B	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	80,0%	76,2%	66,7%	71,4%	28,6%	23,8%	23,8	----------	----------	19,0%	34,4%

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO	OBSERVAÇÕES

		INICIADA/EM ANDAMENTO	
6.1	Implantar educação integral para alunos do ensino fundamental séries iniciais em até 50% das escolas da RME até o final da vigência do plano.	Realizada	No ano de 2023, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Esse programa tem como finalidade fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. A iniciativa contribui diretamente para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a ampliação da jornada escolar, garantindo a Jornada Ampliada e oportunizando matrícula para todos os alunos da rede municipal. Com essa adesão, o município reafirma seu compromisso com a qualidade da educação, oferecendo aos

			estudantes mais tempo de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral.
6.2	Garantir que as escolas que ofertem Ensino em Tempo Integral organizem seus PPP's por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, culturais e esportivas e recreativas.	Realizada	As Escolas Municipais que ofertam a Jornada Ampliada, organizaram o PPP, contemplando a Educação Integral em Tempo Integral.
6.3	Incentivar a permanência dos alunos na escola em tempo integral.	Realizada	A SEMED oferece Oficinas atrativas aos estudantes como: Taekwondo, Karatê, Música, Teatro, Artes Visuais, Tecnologias, Reforço Escolar, Robótica, Arte Circense e Esportes.
6.4	Prever a utilização de espaços físicos de propriedade do Município, com a colaboração do estado, para que os alunos dos anos finais do ensino fundamental também recebam educação em tempo integral.	Realizada	O município oferta a Educação Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Colégio Estadual Castelo Branco oferta Educação em Tempo Integral para os alunos do Ensino Fundamental Final e Ensino Médio.

6.5	Assegurar transporte escolar adaptado de qualidade, com tempo de locomoção otimizado, respeitando-se as normas vigentes.	Realizada	O município disponibiliza dois ônibus escolares para o transporte dos estudantes das escolas municipais até a Escola Aprendizes do Futuro, onde é ofertada a Jornada Ampliada e na AABB Comunidade. O atendimento ocorre nos turnos da manhã e da tarde, garantindo o acesso dos alunos às atividades complementares e fortalecendo a proposta de educação integral. Essa iniciativa assegura a ampliação do tempo de permanência na escola, favorecendo o desenvolvimento acadêmico, social e cultural dos estudantes.
6.6	Garantir que nas escolas municipais que ofertam Ensino em Tempo Integral, os professores sejam prioritariamente concursados do quadro próprio do magistério.	Em andamento	Alguns professores que trabalham na Jornada Ampliada são concursados e, outros são contratados por empresa terceirizada.
6.7	Implantar até o terceiro ano de vigência deste PME, oferta de Ensino em Tempo	Realizada	A Rede Municipal de Ensino oferta a Atividade de Educação Integral

	Integral, nas escolas municipais: Juventino Rufatto, São Cristóvão e Sete de Setembro, nas demais escolas serão implantadas de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros e de infraestrutura, até o final da vigência do plano no intuito de alcançar em 2025 até 50% das escolas da RME, com oferta desta modalidade de ensino.		com Ampliação de Jornada Escolar, por meio do Programa Aprendizes do Futuro, realizado em contraturno e destinado aos estudantes de todas as escolas municipais. O atendimento ocorre em espaço próprio, localizado na Rua Orlando Ferri, nº 650, bairro São Cristóvão. Cada aluno participante possui duas matrículas registradas no Sistema de Registro Escolar (SERE): • Uma referente ao ensino regular; • Outra vinculada à Ampliação de Jornada Escolar – Programa Aprendizes do Futuro. O funcionamento do programa está organizado em dois turnos: • Manhã: das 8h30min às 11h35min;

			• Tarde: das 13h00min às 16h05min. O atendimento contempla crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Além disso, o município conta com a parceria da AABB Comunidade, que também desenvolve atividades de educação integral em contraturno escolar, ampliando as oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento social e cultural dos estudantes. Para o ano de 2026, está prevista a expansão da Jornada Ampliada na Escola Municipal Juventino Rufatto, abrangendo os alunos da pré-escola e do Ensino Fundamental I, fortalecendo ainda mais a política de educação integral no município.
6.8	Manter nas escolas do campo, Programa Mais Educação com jornada	Esse programa não está mais em vigência	O Colégio Estadual Castelo Branco, oferece Tempo Integral aos

	ampliada, enquanto durar o incentivo financeiro do FNDE para este programa.		alunos do Ensino Fundamental Final e Ensino Médio.

3.7. META 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB; 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio.

Indicador 7 A	**IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental**
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do SAEB.
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

3.7.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2013	2015	2017	2019	2021	2023
INDICADOR A	5,8	6,0	6,1	6,6	6,2	6,7

3.7.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Indicador 7 B	**IDEB dos anos finais do ensino fundamental**
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos finais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 9º ano do ensino fundamental nas avaliações do SAEB.
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

3.7.3. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2013	2015	2017	2019	2021	2023
INDICADOR B	4,6	4,7	4,8	5,1	5,0	5,5

Indicador 7 C	**IDEB do Ensino Médio**
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação do ensino médio x Proficiência média padronizada dos alunos da 3ª série do ensino médio na avaliação do SAEB.
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

3.7.4. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2013	2015	2017	2019	2021	2023	2024
INDICADOR C	----------	----------	4,2	4,4	4,8	4,8	4,8

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
7.1	Contribuir com as políticas nacionais no que tange as iniciativas em prol da melhoria da aprendizagem na perspectiva de ultrapassar as médias propostas ao município nas modalidades da educação básica.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promove formação continuada para os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com foco em:

			• Alfabetização matemática, desenvolvendo competências lógico-matemáticas desde os primeiros anos escolares; • Leitura e escrita, fortalecendo práticas pedagógicas que asseguram o domínio da linguagem e a ampliação da capacidade comunicativa dos estudantes. Além disso, são aplicadas sondagens de leitura de forma sistemática, possibilitando o acompanhamento do progresso individual dos alunos e a identificação de eventuais dificuldades, de modo a orientar intervenções pedagógicas mais eficazes.

			Essas ações reafirmam o compromisso da SEMED com a qualificação docente e a melhoria contínua da aprendizagem, garantindo que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.
7.2	Tornar público para a sociedade vividense e escolar os dados oriundos dos processos de avaliação desenvolvidos pelo INEP.	Realizada	O resultado do IDEB do Ensino Fundamental Inicial, foi amplamente divulgado a comunidade escolar e a sociedade.
7.3	Promover discussões a partir da análise, da proficiência das disciplinas avaliadas nas provas do SAEB, como os professores e a comunidade escolar, buscando melhorar a qualidade no ensino através da revisão dos planejamentos e das ações pedagógicas e formativas.	Realizada	Umas das ações propostas, é dar suporte e apoio ao Articulador Municipal, acerca do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, para que o município alcance êxito e alfabetize todas os estudantes até o final do 2ºano.
7.4	Garantir recursos físicos e humanos para que os processos de avaliação externa possam ocorrer de forma eficiente em todas as escolas do município.	Realizada	O município realizará, no ano de 2026, concurso público para profissionais da educação, com o objetivo de sanar a falta de professores nas escolas e garantir a continuidade da oferta de ensino com qualidade.

			Paralelamente, o governo municipal mantém diálogo constante com os governos estadual e federal, buscando a captação de recursos físicos que possibilitem a melhoria da infraestrutura escolar. A maioria das escolas da rede já passou por processos de reforma e adequação, sendo mobiliadas de acordo com a faixa etária das crianças, assegurando ambientes pedagógicos mais acolhedores, funcionais e apropriados ao desenvolvimento integral dos estudantes.
7.5	Proporcionar orientações para que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes propiciem aos educandos condições de resolver as proposições dispostas nas avaliações.	Realizada	A SEMED faz constantes avaliações com os docentes com o foco na recomposição de aprendizagem, através da Plataforma de Avaliação do Sistema de Ensino contratado pela mantenedora.
7.6	Promover atividades nas escolas com alunos e docentes para	Realizada	A SEMED tem o Projeto intitulado "Canto, Conto e Encanto", para dar

	melhor utilizar o acervo bibliográfico.		suporte as escolas para a promoção da leitura literária. A implementação deste projeto vem favorecer significativamente o processo de ensino e aprendizagem, visto que propõe a colaboração para o estímulo da leitura e escrita.

3.8. META 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Indicador 8 A	**Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade.**
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / Total da população de 18 a 29 anos de idade
Comentários	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 8 B	**Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.**
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade residente no campo / População de 18 a 29 anos de idade residente no campo

Comentários	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 8 C	**Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 19 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).**
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres / População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres
Comentários	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 8 D	**Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 19 anos.**
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo de negros 'pretos e pardos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de negros 'pretos e pardos' de 18 a 29 anos de idade / Soma dos anos de estudos de não negros 'brancos e amarelos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / população de não negros 'brancos e amarelos' de 18 a 29 anos de idade
Comentários	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

3.8.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
8.1	Incentivar a população que ainda não concluiu o ensino fundamental e médio para que volte a estudar.	Realizada	A oferta do EJA está sendo contemplada, no período noturno na Escola Municipal Presidente Kennedy.
8.2	Implementar mecanismos para busca ativa da população com 15 anos ou mais urbana e rural, em situação de analfabetismo com parceria entre as secretarias municipais de saúde e assistência social, visando a erradicação do analfabetismo, já a partir do segundo ano de vigência do plano.	Realizada	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é realizado na rede municipal e estadual.
8.3	Apoiar as iniciativas das instituições de ensino médio e educação profissional na oferta de cursos de FIC - Formação Inicial e Continuada.	Em andamento	Proporcionar cursos de rápida duração que têm foco em uma área de atuação específica. Nessa modalidade, os pré-requisitos de escolaridade variam de acordo com o curso

			escolhido (vão desde ensino fundamental incompleto até o nível superior completo).
8.4	Dialogar com Instituições de Ensino de Coronel Vivida na perspectiva da oferta e acesso à capacitação tecnológica para os alunos matriculados na educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino.	Em andamento	A inclusão digital na EJA pode ajudar na introdução do indivíduo em sociedade, na inserção no mercado de trabalho e no processo de aprendizagem. O Proeja é um programa do Ministério da Educação (MEC) que tem como objetivo atender à demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica.
8.5	Apoiar, divulgar e participar nas ações educacionais desenvolvidas pelo IFPR e demais instituições de ensino em parceria com o departamento municipal de educação, tais como: Ciclo de palestras e minicursos; Mostra de Cursos e práticas profissionais.	Realizada	O município fez parceria com as Instituições de Educação Superior, para fortalecer a educação nessa faixa etária, com proposta de apresentações dos cursos oferecidos.

3.9. META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Indicador 9A	**Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
93,50%	Dado oficial	**95,69%**	IPARDS 2022
	Dado municipal	**95,51**	IPARDS 2024
Fórmula de cálculo	(População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100		

Indicador 9B	**Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
24,45	Dado oficial	**7,00%**	IPARDS 2022
	Dado municipal	**7,72%**	IPARDS 2024
Fórmula de cálculo	(População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100		

Nº	**DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA**	**ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO**	**OBSERVAÇÕES**

9.1	Assegurar em parceria com a União as políticas de erradicação do analfabetismo no município, por meio da oferta de programas de alfabetização a todos os interessados que não tiveram acesso à educação na idade própria ou não concluíram o Ensino Fundamental, até o final da vigência do plano.	Realizada	A oferta do EJA está sendo contemplada, no período noturno na Escola Municipal Presidente Kennedy, garantindo material didático, espaço físico e alimentação.
9.2	Garantir, espaço físico adequado para a oferta da EJA, viabilizando para este atendimento, salas arejadas, bem iluminadas e material pedagógico suficiente para assegurar um atendimento de qualidade.	Realizada	A oferta do EJA está sendo contemplada, no período noturno na Escola Municipal Presidente Kennedy, garantindo material didático, espaço físico e alimentação.
9.3	Estabelecer, mecanismos que motivem os alunos da EJA a prosseguirem os estudos, tanto no Ensino Fundamental, como Ensino Médio e, posteriormente, na Educação Superior.	Realizada	O professor da EJA precisa ter um perfil que vai além do simples ensinar, requer reflexão, propondo um resgate a cidadania do indivíduo, considerando que só dessa forma o homem faz sua história, muda o mundo de forma livre, buscando inserir o indivíduo na sociedade, convivendo com seus

			semelhantes, pensando sua existência e transformando sua realidade.
9.4	Promover busca ativa, para matrícula na educação de jovens e adultos, em parcerias com organizações e sociedade civil.	Em andamento	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é realizado na rede municipal e estadual.
9.5	Desenvolver currículo adequado à realidade dos alunos da EJA, de forma a viabilizar um ensino de qualidade.	Realizada	Para desenvolver um currículo adequado à realidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é importante considerar a diversidade de conhecimentos, culturas, idades e interesses dos estudantes. O currículo deve ser flexível e estar em constante reciclagem, levando em conta o contexto histórico-social dos alunos
9.6	Assegurar, material didático-pedagógico adequado aos educandos da EJA da rede municipal de ensino.	Realizada	O material didático é oferecido em todas as etapas da EJA, seja pelo Estado ou Município.
9.9	Incentivar, a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em	Em andamento	Propor encontros dos alunos do EJA, com palestras motivacionais,

	eventos culturais desenvolvidos no Município, de modo a propiciar, a esta clientela, a integração social.		festival de talentos, entre outros.
9.10	Assegurar, a oferta de palestras e atividades que contribuam com a ampliação do conhecimento dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.	Em andamento	Propor encontros dos alunos do EJA, com palestras motivacionais, festival de talentos, entre outros.
9.11	Promover ações para a valorização dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão nas escolas de temas relativos ao envelhecimento e à velhice, visando à erradicação do analfabetismo, na vigência do plano.	Em andamento	A Universidade da Terceira Idade – UNATI, pode trocar experiências com os estudantes da EJA, através de encontros, palestras, atividades lúdicas. No Centro de Conivência do Idoso, são ofertadas várias oficinas, nas quais os alunos podem trocar experiências.
9.12	Garantir o fornecimento e o preparo da alimentação escolar para os alunos da educação de jovens e adultos, mantendo os dispostos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, a partir do primeiro ano de vigência do plano.	Realizada	Essa estratégia é cumprida.

9.13	Assegurar transporte escolar de qualidade, para que os educandos da EJA, do campo e da área urbana possam frequentar a escola, mediante levantamento da demanda e estudo das linhas de transporte a partir do primeiro ano de vigência do plano.	Realizada	Em estudo pelo município.
9.14	Articular com os segmentos empregadores da iniciativa privada, a compatibilização da jornada de trabalho dos alunos com a oferta de educação de jovens e adultos, a partir do primeiro ano de vigência do plano.	Em andamento	A Agência do Trabalhador oferece emprego a toda população, inclusive há falta de mão de obra em muitas áreas do mercado de trabalho.
9.15	Garantir professor do quadro próprio do magistério, com formação específica e formação continuada para trabalhar nas turmas de alfabetização de jovens e adultos.	Realizada	O professor é concursado e apto a formação do EJA.

3.10. META 10. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicador 10 A	**Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.**
Fórmula de cálculo	(Matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio integrada à Educação Profissional /

	Total de matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio) x 100
Comentários	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
10.1	Buscar junto às instituições de ensino de Coronel Vivida a implantação do Programa PROEJA integrado a educação profissional, garantindo o acesso aos trabalhadores e pessoas que não tiveram alfabetização em idade escolar.	Não iniciada	O PROEJA já foi extinto.
10.2	Auxiliar as instituições que ofertam educação de jovens e adultos na busca ativa de educandos.	Em andamento	O Programa de Combate ao Abandono Escolar – SERP é realizado no Ensino Fundamental I e II.
10.3	Contribuir no processo de organização de espaço pedagógico adequados às características do público alvo.	Em andamento	O Colégio Estadual Arnaldo Busato oferta a EJA - Fundamental Final e Ensino Médio, em local apropriado, garantindo material didático, alimentação e transporte.
10.4	Efetuar um trabalho de incentivo junto aos concluintes da Fase I	Realizada	A oferta do EJA está sendo contemplada, no

	para que prossigam seus estudos.		período noturno na Escola Municipal Presidente Kennedy, garantindo material didático, espaço físico e alimentação.
10.5	Assegurar a distribuição gratuita de material escolar, pedagógico e didático para os alunos matriculados na educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino, na vigência do plano.	Realizada	Os estudantes do EJA, Fase I, terá todo o material necessário para que as aulas sejam atrativas e motivacionais, de acordo com a realidade dos alunos.

3.11. META 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Indicador 11 A	**Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
50,00%	Dado oficial	**35,5%**	IPARDS 2022
	Dado municipal	**28,9%**	IPARDS 2023
Fórmula de cálculo	Calculado conforme relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação- 2020 (INEP)		

3.11.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Indicador 1	176	305	790	761	886	902	599	480	498	494
Indicador 2	**Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018 (INEP). Condicionante do Indicador 11B: sua fórmula só é aplicável quando, no período analisado, houver expansão (positiva) de matrículas.**									

Indicador 11 B	**Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
50,00%	Dado oficial	**35,5%**	IPARDS 2022
	Dado municipal	**28,9%**	IPARDS 2023
Fórmula de cálculo	Calculado conforme relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação- 2020 (INEP)		

Indicador 11 C	Expansão acumulada da EPTde Nível Médio pública.
Fórmula de cálculo	((Matrículas no ano – matrículas em 2013) público / (Matrículas em 2013) público)) x 100
Comentário	Calculado conforme relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação- 2020 (INEP)

3.11.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	Expansão 2013-2014	Expansão 2013-2015	Expansão 2013-2016	Expansão 2013-2017	Expansão 2013-2018
Indicador	-28,7%	23,5%	219,8%	208,8%	258,7%

Ano	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2021	Expansão 2013-2022
Indicador	265,2%	142,5%	-5,7%	1,6%

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
11.1	Continuar o apoio às iniciativas na perspectiva de aumentar a expansão de matriculas para a educação profissional e técnica de nível médio na Rede Federal e Estadual.	Realizada	É ofertado a educação profissional no IFPR e no Colégio Estadual Arnaldo Busato.
11.2	Fomentar o diálogo junto às instituições de educação profissional presentes no município a oferta de cursos que fortaleçam e consolidem o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais da região.	Em andamento	Os cursos ofertados no município são voltados as necessidades econômicas e produtivas.

11.3	Apoiar as instituições que ofertam Educação Profissional no Município na modalidade de Educação a distância.	Em andamento	A Educação a Distância é ofertada em instituições particulares.
11.4	Realizar parcerias junto as instituições públicas e/ou privadas para que os educandos possam consolidar seus estágios e práticas profissionais.	Realizada	Os estágios são oferecidos aos estudantes dos cursos profissionalizantes, e das Instituições de Ensino Superior da região sudoeste do Paraná

3.12. META 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Indicador 12 A	**Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
50,00%	Dado oficial	**72,15**	IPARDS 2023
	Dado municipal	**32,86**	IPARDS 2024
Fórmula de cálculo	(Total da população que frequenta cursos de graduação/ Total da população de 18 a 24 anos) x 100		
Comentários	Inviável para município: A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se deslocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem.		

Indicador 12 B	**Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
33,00%	Dado oficial	**20,96**	IPARDS 2023
	Dado municipal	----------	IPARDS 2024
Fórmula de cálculo	(População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação / Total da população de 18a24anos) x 100.		
Comentário	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se deslocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.		

Indicador 12 C	Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação
Fórmula de cálculo	(Variação das matrículas em cursos de graduação do IES públicas no período / Variação total das matrículas em cursos de graduação no período) x 100
Comentário	Inviável para município. a) Menor nível de desagregação do indicador pela Nota Técnica do INEP é "Unidade da Federação"; b) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seus territórios; c) Alguns possuem apenas ensino superior privado, resultando em divisão por zero no setor público; d) em 2014, 80 municípios paranaenses possuem ensino superior presencial e 127 ensino superior a distância; e) não existe uma variável chave comum para municípios em modalidade de ensino

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
12.1	Continuar apoiando as Instituições Públicas de Ensino Profissional e Tecnológico já presentes e outras que venham a se instalar no município, na perspectiva de matrícula no Ensino Superior.	Realizada	Sempre que solicitado, há o apoio nas escolas municipais o incentivo às atividades de pesquisa e extensão das IES que procuram a rede como parceira.
12.2	Discutir junto a Pró-reitoria das Instituições de Ensino a criação de Cursos de Licenciatura, Cursos Superiores de Tecnologia e bacharelados, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia.	Em andamento	Há essa parceria com a Reitoria da Unicentro.
12.3	Pleitear junto a Reitoria das Instituições de Ensino Superior a criação de Novos Cursos para a qualificação dos docentes e técnicos educacionais.	Em andamento	O curso de Pedagogia da Unicentro é uma graduação que foi solicitada e atendida.
12.4	Trabalhar junto ao Ministério de Educação para a implantação de um polo presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) através da Universidade do Centro Oeste -UNICENTRO no Município, com o curso de pedagogia, até o final do primeiro ano de vigência deste plano e outros cursos de licenciatura e pós-graduação lato sensu (Especialização) de interesse da	Realizada	O Curso de Pedagogia está sendo ofertada no município de Coronel Vivida através da UNICENTRO.

	comunidade e do empresariado local até o último ano de vigência do PME.		

3.13. META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Indicador 13 A	**Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior**
Fórmula de cálculo	(Docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior / Total de docentes na Educação Superior) x 100
Comentário	Não se aplica a todos os municípios. O limitador é que o indicador só é possível ser replicado para município sem que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para o município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal

Indicador 13 B	**Percentual de docentes com doutorado na educação superior.**
Fórmula de cálculo	(Docentes com doutorado na Educação Superior / Total de docentes na Educação Superior) x 100.
Comentário	Não se aplica a todos os municípios. O limitador é que o indicador só é possível ser replicado para município sem que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para o município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
13.1	Apoiar e incentivar as Instituições de Educação Superior presentes no município no que tange a participação dessas no SINAES –ENADE, dentre outros.	Realizada	O município de Coronel Vivida possui uma extensão da UNICENTRO, com 30 professores, 4 com Mestrado e, 26 com Doutorado. Outra importante Instituição, é a IFPR, Campos Coronel Vivida, a qual conta com 23 professores, 11 com Doutorado, 11 com Mestrado e 1 com Especialização.
13.2	Incentivar os profissionais da educação do município a participarem dos Programas de mestrado e doutorado ofertados pelas instituições públicas na região.	Em andamento	Temos alguns professores da rede municipal de ensino com Mestrado já finalizado, e alguns em andamento.

3.14. META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores

Indicador 14 A	**Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.**
Fórmula de cálculo	Títulos de mestrado concedidos por ano no País

Comentário	Não se aplica a municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para município.

Indicador 14 B	**Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada**
Fórmula de cálculo	Número de títulos de doutorado concedidos por ano
Comentários	Não se aplica a municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para município.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
14.1	Estimular os docentes a participarem dos Programas de Pós-graduação *lato sensu* e *strictu senso*, ofertados pelas Instituições de Ensino Superior.	Realizada	Os professores da rede municipal de ensino, em sua maioria, possuem Pós-graduação.

3.15. META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Município, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Indicador 15 A	**Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências da educação infantil) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.15.1.COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Indic.	54,2%	62,2%	63,8%	68,4%	60,3%	68,2%	78,5%	74,6%	82,7%	99,0%

Indicador 15 B	**Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências da anos iniciais do ensino fundamental) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.15.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024

Indic.	71,1 %	81,6 %	86,1 %	84,5 %	76,6 %	75,6 %	80,0 %	81,4 %	78,5 %	99,0 %

Indicador 15 C	**Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências da anos finais do ensino fundamental) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.15.3. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Indic.	73,3%	80,2%	76,0%	78,4%	77,2%	77,2%	79,9%	82,1%	86,2%	99,0%

Indicador 15 D	**Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências do ensino médio) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.15.4. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Indic.	74,2%	76,4%	78,6%	75,6%	72,7%	67,6%	86,6%	84,4%	86,2%	------

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
15.1	Articular parceria com as Instituições de Educação Superior públicas e privadas para a oferta de Cursos de Licenciatura como Pedagogia.	Realizada	O Curso de Pedagogia é ofertado pela Unicentro. - Campus Coronel Vivida.
15.2	Criar mecanismos para levantamento das necessidades de formação inicial e continuada dos profissionais da educação atualizando os dados anualmente, e desenvolvendo ações para qualificação dos profissionais, a partir da aprovação do plano.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oportuniza formação continuada para os professores alfabetizadores por meio do Sistema SIM de Ensino, adotado pelo município em 2021, fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização. Além disso, todos os professores do 1º e 2º anos participam do curso Formadores em Ação, promovido pelo

			Governo do Estado, que tem como objetivo subsidiar e capacitar os docentes alfabetizadores, oferecendo suporte teórico e metodológico para aprimorar o processo de ensino da leitura, escrita e matemática nos anos iniciais. Essas iniciativas reafirmam o compromisso da SEMED com a qualificação docente e a melhoria da aprendizagem, garantindo que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade desde as primeiras etapas da vida escolar.
15.3	Incentivar os profissionais da educação da rede municipal de ensino para a formação no uso de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das atividades, a partir da aprovação do plano.	Realizada	A SEMED realiza a formação inicial e continuada de professores (as) alfabetizadores (as) com a utilização de novas tecnologias educacionais e de

			práticas pedagógicas inovadoras.
15.4	Reorganizar as políticas municipais de formação continuada de docentes da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias e instituições formadoras, até o terceiro ano de vigência do Plano.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oportuniza formação continuada para os professores alfabetizadores por meio do Sistema SIM de Ensino, adotado pelo município em 2021, fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização. Além disso, todos os professores do 1º e 2º anos participam do curso Formadores em Ação, promovido pelo Governo do Estado, que tem como objetivo subsidiar e capacitar os docentes alfabetizadores, oferecendo suporte teórico e metodológico para aprimorar o processo de ensino da leitura, escrita e matemática nos anos iniciais. Essas iniciativas reafirmam o compromisso da

			SEMED com a qualificação docente e a melhoria da aprendizagem, garantindo que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade desde as primeiras etapas da vida escolar
15.5	Implementar programas especiais de incentivo para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.	Realizada	O município incentiva todos os profissionais da educação a cursar ensino superior nas áreas de atuação.
15.6	Garantir, por meio de regime de colaboração entre União, Estado e Município, que, até 2025, 100% dos professores de educação infantil e de ensino fundamental (em todas as modalidades) possuam formação especifica de nível superior, de licenciatura plena e em sua área de concurso/atuação.	Realizada	A rede Municipal tem aproximadamente 100% dos professores com Licenciatura Plena.

3.16. META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até, o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

Indicador 16 A	**Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu***		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
100%	Dado oficial	**85,3%**	IPARDS 2023
	Dado municipal	**91,5%**	IPARDS 2024
Fórmula de cálculo	(Professores com pós-graduação / Total de professores) x 100		
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). *Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar a maior parte das variáveis e realizar o cruzamento de dados por escola e município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.		

Indicador 16 B	**Percentual de professores da educação básica que realizara, cursos de formação continuada**		
Meta prevista para o período	Meta alcançada no período	Fonte do indicador	
100%	Dado oficial	**85,3%**	IPARDS 2023
	Dado municipal	**99,0%**	IPARDS 2024

Fórmula de cálculo	(Professores com pós-graduação / Total de professores) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). *Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não possuem informação de formação continuada, dessa forma, para os municípios,a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados

3.16.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 1	83,9 %	82,8 %	80,2 %	81,6 %	84,5 %	88,9 %	85,9 %
Indicador 2	75,7 %	81,9 %	84,7 %	87,9 %	84,9 %	84,2 %	82,8 %

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
16.1	Elaborar plano de Formação Continuada para todos os professores e funcionários das escolas do ensino regular e educação especial visando a educação inclusiva, com recursos e parcerias das esferas: municipal, estadual e federal, durante a vigência do plano.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oportuniza formação continuada para os professores por meio do Sistema SIM de Ensino, adotado pelo município em 2021, fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas à

			alfabetização e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, todos os docentes da rede municipal já participaram de formação continuada na área da educação inclusiva, com ênfase no atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa iniciativa busca ampliar a compreensão sobre as necessidades específicas desses alunos e oferecer estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, o respeito às diferenças e a equidade educacional. Com essas ações, a SEMED reafirma seu compromisso com a qualificação docente e com a construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

16.2	Propiciar formação, materiais e espaço físico adequado para garantir a atuação dos profissionais do magistério, no campos da educação especial/inclusiva em sala de recursos multifuncional e professor de apoio pedagógico a partir da aprovação e vigência do plano.	Realizada	Essa estratégia é contemplada em sua totalidade, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oferta educação inclusiva desde a creche até o 5º ano do Ensino Fundamental, disponibilizando materiais pedagógicos específicos que permitem ao professor desenvolver as potencialidades de cada estudante. O município conta ainda com: • 3 Salas de Recursos Multifuncionais, destinadas ao atendimento especializado; • Professor de apoio, que acompanha os alunos em suas necessidades individuais, fortalecendo o processo de inclusão escolar.

			Essas ações reafirmam o compromisso da rede municipal com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento.
16.3	Estabelecer convênios com as instituições públicas de nível superior para a oferta de cursos de formação continuada e de Especialização para os profissionais da Educação Básica de forma articulada às políticas nacionais formação.	Em andamento	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oferta formação continuada para os professores em diferentes momentos do ano, conforme previsto no Calendário Escolar: no início do ano letivo, como preparação para as atividades pedagógicas; no mês de julho, durante o recesso escolar; ao longo do ano, por meio de formações específicas na área da Educação Infantil, voltadas ao enriquecimento do aprendizado docente.

			Essas ações têm como objetivo proporcionar aperfeiçoamento profissional contínuo, garantindo que os conhecimentos adquiridos pelos professores se reflitam diretamente na melhoria da prática pedagógica e, consequentemente, na qualidade da aprendizagem dos estudantes.
16.4	Promover e garantir formação continuada de professores (as) concursados (as) e convocados (as) para o atendimento educacional especializado.	Realizada	Os professores receberam no decorrer deste PME, várias formações para o atendimento das crianças avaliadas.
16.5	Ampliar e fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro, aquisição de acervo bibliográfico da biblioteca do professor.	Realizada	O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma ação liderada pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e do Ministério da Educação (MEC). O programa foi construído de forma participativa e

			colaborativa, consolidando contribuições de representantes de todas as cadeias relacionadas à leitura, além de: O PNLD constitui-se como uma das principais políticas públicas de democratização do acesso ao livro didático, assegurando que estudantes de todo o país tenham acesso a materiais de qualidade, fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem.
16.6	Criar mecanismos para levantamento das necessidades de formação inicial e continuada dos profissionais da educação atualizando os dados anualmente, e desenvolvendo ações para qualificação dos profissionais, a partir da aprovação do presente plano.	Realizada	Anualmente, é realizada uma pesquisa junto aos professores da rede municipal de ensino, com o objetivo de identificar suas necessidades e prioridades para a formação continuada. Esse levantamento permite: mapear demandas específicas de cada etapa e

			modalidade de ensino; planejar formações alinhadas às necessidades reais dos docentes; enriquecer a prática pedagógica, refletindo diretamente na melhoria da aprendizagem dos estudantes; fortalecer a política de valorização profissional, assegurando que os professores tenham acesso a capacitações pertinentes e atualizadas. Com essa estratégia, a SEMED garante que a formação continuada seja construída de forma participativa, respondendo às demandas da comunidade escolar e promovendo uma educação de qualidade.
16.7	Disponibilizar no portal eletrônico da prefeitura um "espaço" para divulgar eventos e notícias referentes a educação local, regional e nacional garantindo o acesso	Realizada	A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida tem a página na Internet e, a Secretaria de Educação divulga suas ações nas redes sociais

	dos profissionais da educação aos bens culturais.		(Facebook e Instangram).
16.8	Incentivar os profissionais da educação a participar de eventos científicos e culturais em âmbito local, regional e nacional promovidos por diferentes instituições de ensino e cultura, inclusive com apoio humano e financeiro.	Realizada	Os professores participam de eventos e cursos oferecidos pelas esferas federal, estadual e municipal, sempre que solicitados.

3.17. META 17- Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente

Indicador 17	**Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente**
Fórmula de cálculo	(Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível superior completo / Rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados com o mesmo nível de escolaridade) x 100.
Comentário	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostra, não identificando-se, portanto, fonte de dados publicados, desagregados e atualizados por município sobre rendimento médio de profissionais do magistério e demais profissionais assalariados; B) Tentou-se utilizar a RAIS como alternativa, no entanto todos os professores estaduais encontram-se registrados na capital do estado(Curitiba) e consta na base de dados 94 municípios sem registros para professores na rede municipal.

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO	OBSERVAÇÕES

		INICIADA/EM ANDAMENTO	
17.1	Assegurar o reajuste anual dos professores da Rede Municipal de ensino, tendo como base a variação do piso salarial nacional profissional do magistério.	Realizada	O município assegura o piso salarial dos professores da rede municipal, seguindo o reajuste anual determinado pelo MEC.
17.2	Assegurar a continuidade dos benefícios concedidos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público.	Realizada	É assegurado a continuidade do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, tanto a nível Estadual como Municipal. Em outubro de 2025 foi aprovada a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos da rede municipal de Coronel Vivida (PR).
17.3	Assegurar o cumprimento do direito à hora atividade de acordo com a LDB, para todos os docentes, sendo que a hora atividade para além da preparação de aulas e atividades de avaliações, a equipe gestora da unidade escolar deverá organizar momentos de estudos na perspectiva de contribuir no processo de formação tendo em vista a atualização dos docentes.	Em andamento	A jornada dos professores da Rede Municipal de Coronel Vivida prevê a realização de 5 horas de hora-atividade dentro das próprias instituições de ensino, assegurando tempo destinado ao planejamento pedagógico, estudos e

			organização das práticas educativas. Atualmente, encontra-se em andamento um estudo de impacto financeiro, que subsidiará a implementação plena dessa medida. Para atender à demanda decorrente da ampliação da carga de hora-atividade, está prevista a realização de concurso público em 2026, garantindo o provimento de novos profissionais e a manutenção da qualidade da educação ofertada. Essa iniciativa reafirma o compromisso do município com a valorização docente, a gestão responsável dos recursos públicos e a melhoria contínua do processo educacional.
17.4	Garantir a implementação de programa em parceria com as áreas de saúde para promoção, prevenção, atenção e	Em andamento	Continuar com o Projeto Bem estar do Professor, o qual tem por objetivo prevenir problemas

	atendimento à saúde, bem como o acompanhamento e a assistência aos profissionais do magistério e da educação da rede municipal de ensino referente as doenças ocupacionais, com comprovação da necessidade.		como, a voz, ansiedade e depressão, uso inadequado de medicamentos e atividade física.
17.5	Assegurar a implementação da jornada de trabalho para os profissionais do magistério a ser cumprida, quando possível, em uma única Instituição de Ensino.	Em andamento	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) procura viabilizar essa estratégia de forma responsável e organizada, inclusive analisando os pedidos de remoção apresentados pelos professores das Instituições de Ensino da Rede Municipal. Esse processo é conduzido com base em critérios pedagógicos e administrativos, buscando: atender às necessidades dos docentes, respeitando suas solicitações; garantir o equilíbrio da distribuição de profissionais entre as escolas; manter a qualidade do ensino, assegurando que todas

			as instituições contem com equipes completas e qualificadas. Dessa forma, a SEMED reafirma seu compromisso com a valorização profissional e com a gestão eficiente da rede municipal de ensino.

3.18. META 18- Valorização dos profissionais do magistério, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos(as) os(as) professores(as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Indicador 18 A	**Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais do magistério**
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas com PCR vigentes / Total de unidades federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 B	**Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos**
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas que atendem ao PSNP/ Total de unidade federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 C	Percentual de unidades federativas que atendem ao PSNP
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas que preveem o limite Máximo de 2/2 da carga horária para atividades de interação com os educandos / Total de unidade federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 D	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas com PCR vigentes para profissionais da educação que não integram o magistério/ Total de unidade federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 E	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério
Fórmula de cálculo	(Municípios com PCR vigentes / Total de municípios) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2014-2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento

Ano	2014	2018	2021
Indicador	Sim	Sim	Sim

Indicador 18 F	Percentual de municípios que preveem de 2/3 da carga horária para a atividade de interação com os educandos

Fórmula de cálculo	(Municípios que preveem o limite máximo de 2/3da carga horária para a atividade de interação com os educandos / Total de municípios) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento

Ano	2018	2021
Indicador	Sim	Não

Indicador 18 G	**Percentual de municípios que atendem ao PSNP**
Fórmula de cálculo	Não se aplica
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019, 2020 e 2021 não possuíam esse suplemento

Ano	2018
Indicador	Não

Indicador 18 H	**Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério**
Fórmula de cálculo	Não se aplica
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP. Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação

	ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento

Ano	2018	2021
Indicador	Não	Não

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
18.1	Acompanhar a elaboração do PPA (Plano Plurianual), a LOA (Lei Orçamentária Anual) e leis afins que sejam aprovadas prevendo o que é determinado neste plano.	Realizada	Há participação efetiva da Secretaria de Educação na elaboração dessas leis.
18.2	Incluir no plano de carreira do magistério , a promoção por titulação aos profissionais da educação que concluírem o Curso de Mestrado e Doutorado em instituições reconhecidas pelo MEC, após análise de impactos financeiros.	Realizada	O Governo Municipal atende essa estratégia no Plano de Cargos e Salários.
18.3	Garantir, no 2º ano de vigência deste Plano, a readequação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, assegurando gratificações pelo exercício de suporte pedagógico.	Realizada	O Governo Municipal atende essa estratégia no Plano de Cargos e Salários, além de gratificação para diretor e coordenador pedagógico.

18.4	Incluir procedimentos/normas no plano de cargo e salários que permita a licença com vencimento integral aos docentes e ou técnicos educacionais na proporção de 50% do prazo para a integralização do curso de Mestrado e Doutorado até o último ano de vigência do PME, conforme regulamento. O profissional da educação tem o compromisso de permanecer no quadro funcional do Município por período igual ao que se afastar para sua qualificação, para assim, transferir os conhecimentos adquiridos	Não realizada	O Governo Municipal não tem previsão para atender essa estratégia no Plano de Cargo e Salários.
18.5	Assegurar dentro do decênio de vigência deste Plano Municipal de Educação, a revisão do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, com vínculo celetista, que atingirem o último nível da tabela de avanços de salários, enquanto estiverem na ativa, mediante análise jurídica de sua legalidade, diante da ação direta de inconstitucionalidade, pendente de julgamento, que aborda a questão junto ao STF, que envolve o tema do regime jurídico e a Emenda Constitucional nº. 19/98.	Realizada	O regime de trabalho foi alterado em 2020 pela Lei 057/2020.

18.6	Assegurar a partir do 2º ano de vigência deste Plano, no mínimo 50 horas anuais de programas de formação continuada a todos os profissionais do magistério e técnicos educacionais da rede municipal de ensino, levando em consideração as especificidades do trabalho educativo.	Realizada	A SEMED oferece, em torno de 200 horas de formação continuada aos profissionais da educação.

3.19. META 19 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União.

Indicador 19A	**Percentual de diretores de escolas públicas que foram escolhidos para a ocupação do cargo por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar.**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar/ Quantidade total de escolas públicas) x 100
Comentários	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020(INEP). * Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não publicou as informações sobre de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.

3.19.1. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2020	2021	2023	2024
Indicador	9,5%	95,5%	100,0%	100,0%
Fonte INEP – Censo Escolar da Educação Básica				

Indicador 19B	**Percentual de existência de colegiados instraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas brasileiras**
Fórmula de cálculo	(Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas de educação básica / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) nas escolas públicas de educação básica) x 100
Comentários	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

3.19.2. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Dados / Indicador 2					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
Indicador	66,7%	73,0	74,6%	80%	85%
Fonte INEP – Censo Escolar da Educação Básica					

Indicador 19C	**Percentual de existência de colegiados instraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas brasileiras**

Fórmula de cálculo	(Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nas unidades de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Sociais / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNBDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas) x 100
Comentários	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 19 D	**Percentual da oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas**
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Sociais do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas
Comentários	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicador 19 E	**Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Sociais do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos municípios.**
Fórmula de cálculo	Quantidade dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNBDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes no município/ Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNBDEB,

	Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios) x 100
Comentários	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.19.3. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2018
Indicador	75,0%

Indicador 19 F	**Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelos município**
Fórmula de cálculo	Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios/ Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios) x 100
Comentários	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

3.19.4. COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2018	2021
Indicador	50,0%	16,7%

Nº	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES

19.1	Garantir, cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.	Realizada	Cumpre-se o disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, que estabelece a aplicação mínima de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse cumprimento assegura que o município destine percentuais obrigatórios da receita resultante de impostos para a educação básica, garantindo: • Investimentos em infraestrutura escolar; • Valorização dos profissionais da educação; • Oferta de materiais pedagógicos; • Ampliação e qualificação das políticas educacionais. Dessa forma, reafirma-se o compromisso da gestão municipal com a legalidade, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a

			qualidade da educação ofertada à comunidade.
19.2	Garantir e assegurar o cumprimento da LDB, que define a aplicação de recursos que podem ser ou não, incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino.	Realizada	Cumpre-se o disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, que estabelece a aplicação mínima de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
19.3	Apoiar, mecanismos que zelem pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social.	Realizada	As escolas da rede municipal contam com Conselho Escolar e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), instâncias fundamentais para assegurar a transparência e a participação da comunidade no funcionamento da educação. As ações desenvolvidas pelas unidades escolares são articuladas junto ao Conselho Municipal de Educação, garantindo alinhamento às diretrizes educacionais do município e fortalecendo a gestão democrática. Esse modelo de governança promove:

			• Participação efetiva da comunidade escolar nas decisões; • Transparência na aplicação dos recursos e nas ações pedagógicas; • Integração entre escola, famílias e poder público; • Fortalecimento da qualidade da educação.
19.4	Implantar Conselho Municipal de Educação como órgão de apoio, acompanhamento, orientações e fiscalização as instituições escolares bem como de acompanhamento da execução do PME, promovendo encontros de análise do cumprimento das estratégias aqui previstas no 1º ano de vigência	Realizada	O município conta com o Conselho Municipal de Educação (CME), órgão colegiado que tem como objetivo acompanhar, orientar e fortalecer as políticas educacionais locais. O Conselho exerce funções essenciais para a gestão democrática da educação, atuando de forma: Consultiva, oferecendo pareceres e orientações às decisões da gestão educacional; Deliberativa, definindo diretrizes e normas para o funcionamento da rede municipal de ensino; Fiscalizadora, acompanhando a execução das políticas

			públicas e a aplicação dos recursos destinados à educação; Mobilizadora, promovendo a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção de uma educação de qualidade. Assim, o CME consolida-se como um espaço de diálogo, transparência e participação social, garantindo que as políticas educacionais sejam implementadas de forma democrática e alinhadas às necessidades da comunidade.
19.5	Garantir, a partir da vigência deste Plano, com a participação da comunidade e do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da educação, instituindo medidas para dar continuidade às ações efetivas e eficazes já realizadas.	Realizada	Algumas das principais atribuições do Conselho Municipal de Educação (CME) incluem: • Assessorar o Executivo Municipal na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais; • Opinar sobre situações educacionais, orientando o município, a sociedade e a comunidade escolar;

			• Elaborar normas complementares para o sistema de ensino, garantindo alinhamento às diretrizes nacionais e estaduais; • Tomar medidas para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar, promovendo maior eficiência e qualidade na aprendizagem; • Acompanhar a transferência e controlar a aplicação dos recursos destinados à educação, assegurando transparência e responsabilidade na gestão pública. Essas atribuições consolidam o CME como um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, essencial para a gestão democrática da educação e para o fortalecimento das políticas educacionais no município.
19.6	Estabelecer, parcerias com a comunidade escolar e local, disponibilizando os espaços escolares para o desenvolvimento de ações da	Realizada	A comunidade escolar vividense faz uso de diversos espaços públicos e comunitários para o desenvolvimento de ações

	comunidade, recuperando também, os espaços públicos que possam ser utilizados pela comunidade escolar.		pedagógicas e lúdicas, ampliando as oportunidades de aprendizagem e convivência dos estudantes. Entre os locais utilizados destacam-se: Centro Cultural Benedito Rakowski; Lago Municipal; Complexo Esportivo Barro Preto; Ginásio Karina e Ginásio Dorian Mezzomo; Quadras esportivas dos bairros Madalozzo e São Cristóvão; Associação dos Motoristas Vividenses; ACIVI – Associação Comercial e Industrial de Coronel Vivida; Outros espaços comunitários que fortalecem a integração entre escola e sociedade. Essa diversidade de ambientes contribui para uma educação integral, que valoriza não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento cultural, social e esportivo dos estudantes.
19.7	Promover encontros, de integração entre as famílias e a	Realizada	As escolas da rede municipal promovem

	escola, visando despertar maior comprometimento dos pais com o desenvolvimento educacional de seus filhos.		diversos encontros com as famílias, com o objetivo de integrá-las ao contexto escolar e fortalecer a parceria entre escola e comunidade. Essas ações visam: Ampliar a participação das famílias no processo educativo; Favorecer o diálogo entre gestores, professores e responsáveis; Compartilhar informações sobre o desenvolvimento dos estudantes; Construir estratégias conjuntas para a melhoria da aprendizagem e da convivência escolar. Dessa forma, consolida-se uma gestão democrática e participativa, em que a família é reconhecida como parte fundamental na formação integral dos alunos.
19.8	Apoiar, as escolas municipais e os centros municipais de Educação Infantil na elaboração e execução dos atos regulatórios de cada instituição.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) exerce papel fundamental ao orientar as instituições de ensino na regulamentação dos Atos oficiais, assegurando que

			todas as práticas administrativas e pedagógicas estejam em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes educacionais do município. Essa atuação garante: padronização e legalidade nos procedimentos escolares; transparência na gestão das unidades de ensino; segurança jurídica para os atos administrativos; alinhamento às políticas públicas educacionais. Dessa forma, a SEMED fortalece a gestão democrática e responsável da educação, promovendo maior eficiência e credibilidade no funcionamento da rede municipal de ensino.
19.9	Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.	Realizada	Os estabelecimentos de ensino da rede municipal recebem verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), assegurando recursos indispensáveis

			para o funcionamento e a qualidade da educação. As unidades escolares possuem autonomia na aplicação desses recursos, o que lhes permite: atender às necessidades específicas de cada instituição; investir em materiais pedagógicos e infraestrutura; garantir melhores condições de trabalho para os profissionais da educação; promover ações que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Essa autonomia fortalece a gestão democrática e participativa, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma transparente e em consonância com as prioridades da comunidade escolar.
19.10	Prever, para as instituições da rede municipal de ensino, a organização de currículo que permita planejar dentro das diversas áreas do conhecimento, de forma	Realizada	Alguns dos principais documentos que norteiam a educação brasileira e orientam a prática pedagógica no município são:

	interdisciplinar, a formação ética, artística e religiosa.		• Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) – estabelecem princípios, fundamentos e orientações para a organização dos currículos da educação básica e superior; • Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – oferecem referenciais para a prática pedagógica, garantindo unidade e coerência na educação básica em todo o país; • Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, assegurando equidade e qualidade na educação; • Referencial Curricular do Paraná – documento estadual que complementa e contextualiza as orientações nacionais, considerando as especificidades regionais e culturais.

			Esses instrumentos constituem o arcabouço normativo e pedagógico que orienta a elaboração dos currículos, a prática docente e a construção de uma educação democrática, inclusiva e de qualidade.
19.11	Assegurar, que a escolha do livro didático para as escolas municipais, seja realizada em conjunto com todos os profissionais da educação, para que possam definir aqueles que estejam de acordo com a proposta pedagógica e as diretrizes curriculares das escolas.	Realizada	Mesmo a Educação vividense contar com Material Didático fornecido pelo Sistema de Ensino – FTD, contratado pela mantenedora, os professores escolhem os livros didáticos fornecidos pelo Governo Federal, através do PNLD.
19.12	Analisar, discutir e divulgar, nas instituições de ensino e na comunidade, os resultados das avaliações educacionais do MEC, estabelecendo, a partir destes resultados, medidas para os avanços necessários para atingir uma educação de qualidade.	Realizada	O resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais foi amplamente divulgado à comunidade escolar e à sociedade, garantindo transparência e acesso às informações sobre o desempenho da rede municipal de ensino.

19.13	Garantir aos Conselhos Municipais, formação continuada bem como, espaço adequado para reuniões e análise de dados.	Em andamento	Os Conselhos reúnem-se de acordo com a demanda.
19.14	Promover indicação de diretores para as escolas da rede municipal, através de consulta pública, à cada três anos, de forma a exercer a gestão democrática no âmbito escolar, a partir do terceiro ano da vigência do plano.	Realizada	Esta estratégia foi implantada pela Lei Municipal nº 2.989, de 27 de abril de 2020.

3.20. META 20 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União.

Indicador 20 A	**Percentual de despesa orçamentária pública municipal em educação, em relação ao produto interno bruto (PIB) municipal (a preços correntes)**
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Produto interno bruto) x 100

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Indicador	3,7%	2,7%	2,7%	2,9%	2,8%	3,1%	2,2%	1,11%	2,24%	2,21%	2,25%

Indicador 20 B	Percentual de despesa liquidadas em educação no orçamento público municipal
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Orçamento público municipal) x 100

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Indicador	34,0%	25,1%	27,5%	26,3%	24,3%	26,3%	17,5%	23,8%	29,8%	27,0%	26,0%

Nº	DESCRIÇÃO DA E STRATÉGIA	ESTRATÉGIAS REALIZADAS/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO	OBSERVAÇÕES
20.1	Elaborar Plano Municipal de reestruturação da rede física escolar de Educação Infantil, até o segundo ano de vigência deste plano, com o objetivo de garantir em todas as escolas o atendimento às normas de acessibilidade, ventilação, iluminação e saneamento. O qual deverá estabelecer os critérios de atendimento das unidades escolares com: biblioteca; laboratório de informática, brinquedoteca, área coberta para a prática esportiva, e demais espaço necessários ao labor	Realizada	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Programa de Educação de Jovens e Adultos.

	educacional nesta modalidade de ensino.		
20.2	Construção de um novo prédio para o CMEI Aquarela, até o 2º ano de vigência do plano, em substituição ao atual.	Realizada	O CMEI Aquarela foi reformado no ano de 2019.
20.3	Construção de um novo prédio para o CMEI Arco-Íris, até o 4º ano de vigência do plano, em substituição ao atual.	Em andamento	Está sendo construído com recursos do FNDE.
20.4	Ampliar até o 4º ano da vigência deste PME, o CMEI Primavera especificamente o solário do berçário, sala de professores, brinquedoteca e área coberta.	Em andamento	Foi reformado, porém não ampliado.
20.5	Construir 01 nova instituição de Educação Infantil no Bairro Líder até o 3º ano da vigência deste plano, de acordo com os padrões de infraestrutura estabelecidas pela normas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) respeitando as peculiaridades da nossa região.	Em andamento	Construção novo CMEI Arco-Íris, com cerca de 60% concluído.
20.6	Construir 01 nova instituição de Educação Infantil no Bairro Camilotti até o final da vigência deste plano, de	Não iniciada	Não há demanda para atender esta estratégia.

	acordo com os padrões de infraestrutura estabelecidas pela normas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) respeitando as peculiaridades da nossa região.		
20.7	Readaptar (reformar) e construir áreas cobertas até o 3º ano da vigência do plano municipal de educação nas escolas: Escola Municipal Sete de Setembro e Escola Municipal São Cristóvão para atender alunos de 04 e 05 anos da Educação Infantil.	Realizada	As áreas cobertas das referidas escolas já foram concluídas nas novas escolas.
20.8	Adquirir, até o 3º ano da vigência deste plano, novos playgrounds para todas as unidades que atendem a Educação Infantil e Ensino Fundamental –Séries Iniciais com estruturas modernas que possibilitem maior desenvolvimento de habilidades.	Realizada	Todas as escolas municipais contam com playgrounds novos e grama sintética.
20.9	Adequar à estrutura física das escolas: Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile, Escola Municipal Juventino Rufatto, Escola	Em andamento	As escolas municipais Tiradentes, Kennedy, Vista Alegre e Santa Lúcia passaram por reformas parciais, visando melhorias estruturais e

	Municipal Tiradentes, Escola Rural Municipal Vista Alegre, Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães, Escola Municipal Presidente Kennedy e Escola Rural Municipal Santa Lucia contemplando: pintura, reforma da cobertura, implantação de calçadas, reforma dos banheiros e da cozinha, muro, lavanderia, portão, rede elétrica e hidráulica, passarela com toldo, biblioteca, laboratórios de informática, refeitórios e almoxarifados, até o 7º ano de vigência deste plano.		adequações necessárias ao bom funcionamento das unidades. A Escola Municipal Juventino Rufatto encontra-se em processo de reforma neste ano, com 99% das obras já concluídas, estando próxima de sua finalização. A Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile, embora ainda não tenha sido contemplada integralmente, está atualmente em fase de reforma, garantindo avanços importantes em sua infraestrutura. A Escola Municipal Ulisses Guimarães também está em reforma e, além das melhorias previstas, há o planejamento de ampliação de suas dependências, ampliando a capacidade de atendimento e oferecendo melhores condições aos estudantes e profissionais da educação.
20.10	Otimizar o funcionamento de todos os laboratórios de informática existentes em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, até o final do 1º ano de vigência do plano.	Realizada	As escolas possuem apoio tecnológico com: lousas digitais, tablets e notebooks. Na Jornada Ampliada são ofertadas aula na Oficina de Tecnologia e Robótica.

20.11	Assegurar acessibilidade arquitetônica para todas as escolas da rede municipal com: rampas, banheiros, toldos, corrimões, equipamentos e mobiliários adequados de acordo com a necessidade até o final do terceiro ano de vigência deste plano.	Em andamento	A maior parte das escolas possuem acessibilidade, as demais estão sendo planejadas.
20.12	Criar até o terceiro ano de vigência deste plano, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade em todas as escolas que atendem alunos com necessidades especiais, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, de acordo com as Normas TÉCNICAS Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR –9050/2004).	Em andamento	A maior parte das escolas possuem acessibilidade, as demais estão sendo adaptadas de acordo com o Projeto de Prevenção.
20.13	Reformar a quadra esportiva da Escola Municipal Juventino Rufatto até o final de vigência do plano.	Em andamento	A quadra está passando por reforma.
20.14	Pleitear recursos junto ao governo federal para substituição e construção da	Concluída	A quadra esportiva da escola foi construída.

	quadra esportiva da Escola Municipal Prefeito Paulino Stedile até o 4º ano de vigência deste plano.		
20.15	Construir uma nova unidade escolar para a Escola Municipal Presidente Kennedy no Bairro Madalozzo com recursos do governo federal até o final da vigência do plano até o quinto ano de vigência do plano.	Não iniciada	Ainda não foi possível a construção de uma nova escola.
20.16	Construção de uma nova unidade escolar para a Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães, pois a mesma está localizada em local sem espaço para melhorias e adequações até o final da vigência deste PME.	Em andamento	Foi cadastrado o Plano de Ações Articuladas (PAR) por meio do processo TC202140723, entretanto o FNDE optou pelo arquivamento. Atualmente, está em estudo a possibilidade de ampliação da escola, considerando que o Município dispõe de terreno anexo à unidade, o que viabiliza a expansão para atender à crescente demanda. Além disso, avalia-se a reforma da estrutura física existente, com o intuito de garantir melhores condições de funcionamento e ampliar a capacidade de atendimento educacional.

20.17	Adquirir mobiliários (carteiras e cadeiras) de acordo com a faixa etária que contemple todas as escolas até o 3º ano de vigência do plano.	Realizada	Todo o mobiliário foi trocado de acordo com a faixa etária.
20.18	Assegurar, o provimento da merenda escolar de qualidade para todas as modalidades de ensino da rede municipal, garantindo o enriquecimento da mesma com produtos da agricultura familiar e acompanhamento de nutricionista.	Realizada	A merenda escolar é disponibilizada em todas as escolas da rede municipal de ensino, garantindo alimentação saudável e de qualidade aos estudantes. Os cardápios são elaborados com produtos provenientes da agricultura familiar, fortalecendo a economia local e promovendo práticas sustentáveis. Todo o processo conta com o acompanhamento técnico de nutricionista, assegurando que as refeições atendam às necessidades nutricionais dos alunos e contribuam para seu desenvolvimento integral.
20.19	Assegurar, o transporte escolar dos alunos das zonas rurais e localidades distantes, transportando-os para as escolas mais próximas de suas residências conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Ensino, com colaboração financeira	Realizada	O transporte escolar é devidamente assegurado a todos os estudantes da rede municipal de ensino, garantindo acesso regular e seguro às unidades escolares. A frota de veículos passa por substituição gradativa, assegurando melhores condições de deslocamento, maior conforto e

	da União e do Estado de forma a garantir a escolarização de todos os alunos da educação básica.		segurança, além de contribuir para a modernização e eficiência do serviço prestado.
20.20	Garantir até o quinto ano de vigência deste plano, o transporte escolar adaptado aos alunos, da rede pública de ensino, que comprovem sua efetiva necessidade, de acordo com os critérios da legislação, garantindo o acesso desses aos diferentes níveis e modalidades de ensino, acompanhados por monitores, quando necessário.	Realizada	O município dispõe de ônibus escolar adaptado, garantindo o transporte adequado e seguro aos estudantes com necessidades específicas. Essa iniciativa assegura acessibilidade, promove a inclusão educacional e possibilita que todos os alunos tenham condições de frequentar regularmente a escola, com dignidade e igualdade de oportunidades.
20.21	Adquirir via convênio com o governo federal e estadual, até o último ano da vigência do plano, ônibus adaptado para substituir os carros de toda frota do transporte escolar municipal, conforme necessidade.	Em execução	O transporte escolar é devidamente assegurado a todos os estudantes da rede municipal de ensino, garantindo acesso regular e seguro às unidades escolares. A frota de veículos passa por substituição gradativa, assegurando melhores condições de deslocamento, maior conforto e segurança, além de contribuir para a modernização e eficiência do serviço prestado.
20.22	Acompanhar a destinação dos recursos da manutenção e	Em andamento	A aplicação dos recursos e a manutenção do desenvolvimento do ensino são

	desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.		acompanhadas de forma sistemática pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho do FUNDEB, garantindo transparência e controle social. Além disso, todas as informações referentes à gestão educacional estão disponíveis no Portal da Transparência, assegurando acesso público e fortalecendo a participação da comunidade na fiscalização das políticas educacionais.
20.23	Fortalecer, no âmbito do município, os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.	Realizada	Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de transparência e controle social na utilização dos recursos públicos destinados à Educação, em conformidade com o parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Entre as ações destacam-se: a realização de audiências públicas, a criação e manutenção de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. Essas iniciativas devem ser desenvolvidas em colaboração entre o Ministério da Educação

			(MEC), as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, assegurando a participação da sociedade e a efetividade na fiscalização da aplicação dos recursos educacionais
20.24	Acompanhar o desenvolvimento, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP, estudo e acompanhamento regular dos investimentos e custos por alunos da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades; estar atento no atendimento aos padrões exigidos no Custo Aluno-Qualidade inicial -CAQi, que será implantado no prazo de 2 (dois anos) referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e	Realizada	O município recebe recursos do VAAF (Valor Aluno Ano do FUNDEB) e do VAAT (Valor Aluno Ano Total), mecanismos de complementação financeira que visam garantir maior equidade na distribuição dos recursos educacionais. O VAAT, em especial, prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), parâmetro que estabelece o investimento mínimo necessário por estudante para assegurar condições adequadas de ensino, contemplando infraestrutura, materiais pedagógicos, valorização dos profissionais da educação e demais fatores essenciais para a qualidade da aprendizagem.

	será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ.		
20.25	Acompanhar a implementação o Custo Aluno Qualidade -CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.	Realizada	O município recebe recursos do VAAF (Valor Aluno Ano do FUNDEB) e do VAAT (Valor Aluno Ano Total), mecanismos de complementação financeira que visam garantir maior equidade na distribuição dos recursos educacionais. O VAAT, em especial, prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), parâmetro que estabelece o investimento mínimo necessário por estudante para assegurar condições adequadas de ensino, contemplando infraestrutura, materiais pedagógicos, valorização dos profissionais da educação e demais fatores essenciais para a qualidade da aprendizagem.
20.26	Garantir a aquisição de recursos pedagógicos/lúdicos e equipamentos para a educação inclusiva, (classe	Realizada	Foram adquiridos diversos materiais didáticos destinados ao atendimento da Sala de Recursos Multifuncional, contemplando recursos

	especiais e salas de recursos multifuncionais) como apoio para facilitar e promover a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.		pedagógicos que favorecem o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e sociais dos estudantes. Entre os materiais adquiridos, destaca-se o material montessoriano, que possibilita práticas educativas diferenciadas, promovendo autonomia, estímulo sensorial e aprendizagem significativa, especialmente voltada ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.
20.27	Assegurar a equipe técnica do Departamento Municipal de Educação, a aquisição de instrumentos técnicos e pedagógicos necessários de acordo com as especificidades de cada área.	Realizada	A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) conta com uma equipe pedagógica estruturada, organizada em dois segmentos: Educação Infantil e Ensino Fundamental – fase inicial, garantindo acompanhamento técnico e pedagógico adequado às especificidades de cada etapa de ensino. Além disso, a SEMED dispõe de assessoria pedagógica da FTD Educação, empresa contratada pelo município, que oferece suporte especializado, materiais didáticos e orientação metodológica, contribuindo para o fortalecimento das práticas

			pedagógicas e para a melhoria contínua da qualidade da educação oferecida.
20.28	Garantir aumento de investimentos em educação com recursos próprios de 25% para 30% até o final do quinto ano de vigência deste plano.	Realizada	Estima-se investir 27% em 2025.
20.29	Assegurar, a partir da vigência deste Plano, recursos para a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos pedagógicos, necessários ao exercício da docência dos profissionais e equipe técnica do magistério da rede municipal de ensino.	Realizada	Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para assegurar a definição de critérios claros e justos na distribuição dos recursos adicionais destinados à Educação ao longo do decênio. Esses critérios devem contemplar a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão dos sistemas de ensino, garantindo que os investimentos sejam aplicados de forma equitativa e eficiente, em benefício da qualidade educacional e da inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão do monitoramento das metas estabelecidas para o período de 2024 a 2025, conforme os dados apresentados neste relatório, constata-se que o município de Coronel Vivida tem demonstrado empenho contínuo na busca pelo cumprimento das metas educacionais previstas no Plano Municipal de Educação (PME).

Apesar dos avanços, algumas metas ainda não foram plenamente alcançadas dentro do prazo estipulado. Diante desse cenário, a Comissão de Monitoramento do PME apresenta proposições estratégicas para viabilizar o cumprimento das metas pendentes.

Na etapa da Educação Infantil, observa-se um crescimento progressivo na oferta de vagas. Em 2024, a Rede Municipal de Ensino atendeu 62,28% das crianças de 0 a 3 anos. Para ampliar esse atendimento, o município planeja a construção de duas novas creches, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com o Governo Estadual, por meio do Programa Infância Feliz.

É fundamental que o município estabeleça metas anuais de ampliação da oferta, com percentuais definidos, a fim de atender à demanda reprimida e cumprir os objetivos do PME.

A avaliação da qualidade do ensino não deve se restringir aos resultados do IDEB. É necessário considerar também indicadores sociais, avaliações internas e externas, e outras dimensões que reflitam o contexto educacional de forma mais abrangente. Ações pontuais e isoladas não são suficientes para promover avanços significativos nessa meta.

Para garantir melhorias efetivas na aprendizagem dos alunos, é essencial articular iniciativas que envolvam:

- Formação continuada de professores
- Investimentos em infraestrutura escolar
- Construção de currículos integradores e universalistas
- Enfrentamento das desigualdades sociais

Essas ações, quando desenvolvidas de forma articulada e sistêmica, têm potencial para promover avanços significativos na qualidade da educação municipal.

Coronel Vivida, 13 de novembro de 2025.

Grasieli Cerbatto

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Decr. nº 8.364, de 21/03/2024

Grasieli Cerbatto
Secretária Municipal de
Educação Cultura e Desporto
Decr. 8.579, de 02/01/2025